



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2024**

**► COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Prezados acionistas,  
A administração da TIM S.A., "TIM S.A.", "Companhia" ou "TIM" apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2024, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As informações operacionais e financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

**► Perfil da Companhia**

A TIM S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (American Depositary Receipts) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2024, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo sétimo ano consecutivo, no seleto grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3), reforçando o seu compromisso com o contínuo gerenciamento dos aspectos sociais, ambientais e de governança, criando valor para seus acionistas e demais stakeholders. Além disso, a TIM é listada desde 2011 no Novo Mercado, segmento reconhecido pelo mais alto nível de governança corporativa da B3 e a partir de 2021 passou a fazer parte dos Índices S&P-B3 Brasil ESG e do Índice FTSE4Good Brasil e Inclusion e Bloomberg Gender Equality (antigo Refinitiv DGI).  
A TIM S.A. é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia. A TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

**► 1. Mensagem da Administração<sup>1</sup>**

Estamos muito satisfeitos em entregar resultados sólidos em um ano bastante dinâmico, onde superamos desafios, nos aproveitando das nossas fortalezas para atingir todas as nossas metas. O ano de 2024 foi marcado por uma geração de caixa robusta, resultado de resultados financeiros e operacionais consistentes. Entregamos crescimento da receita de serviços acima da inflação, como esperado, com expansão de margens EBITDA e de Fluxo de Caixa, além de um robusto crescimento de lucro.

- Nossas receitas de serviços cresceram, em 2024, 6,4% A/A, totalizando mais de R\$ 24,5 bilhões.
- Nosso EBITDA aumentou em 8%, atingindo R\$ 12,6 bilhões.
- Nesse contexto, nossa margem EBITDA em 2024 expandiu para quase 49,6% e margem de Fluxo de Caixa Operacional foi 20,5%.
- O Lucro Líquido subiu para R\$ 3,1 bilhões após crescer mais de 17% A/A.

Esses resultados foram consequência de nossos bom no novo ambiente do mercado móvel brasileiro, nosso principal segmento de negócios e de explorarmos as oportunidades que estão surgindo.

**► Nossa Estratégia – Next Generation TIM**

Temos uma estratégia clara para criar a Next Generation TIM. Neste enquadramento, definimos quatro pilares: Móvel, B2B, Banda Larga e Eficiência, que são desenvolvidos integrando as nossas pessoas, a sociedade e o meio-ambiente na nossa estratégia de negócio. Essa integração impulsiona nossas práticas ESG a serem reconhecidas como uma das mais desenvolvidas do país. Nossos pilares estratégicos estão resumidos a seguir:

- **Móvel:** onde a TIM gera a maior parte do seu resultado e onde ambiciona ser a operadora preferida do cliente;
- **B2B:** a Companhia está moldando um novo mercado baseado em IoT com serviços e conectividade para endereçar uma oportunidade de crescimento exponencial;
- **Eficiência:** a Companhia tem esse pilar como inerente a sua operação e desenvolve todas suas ações com rigorosa disciplina na alocação de capital;
- **Banda Larga:** considerando as condições adversas do mercado a TIM quer otimizar sua operação, melhorando a experiência do cliente enquanto monitora os movimentos de mercado.

**► Nossas conquistas**

No móvel, nossa principal linha de negócios, implementamos uma estratégia descrita como os 3Bs (*Best Network, Best Offer, Best Service*), através desses pilares focamos em entregar aos clientes o que eles mais valorizam: qualidade de rede, boa relação custo-benefício e inovações nas ofertas, além de acessibilidade e excelência no atendimento.

No âmbito da **Best Network**, expandimos a cobertura 5G em todo o Brasil, impactando positivamente a percepção dos clientes. Temos mais de 600 cidades cobertas, 20% a mais que o segundo colocado. Como resultado, o tráfego 5G mais que dobrou em comparação ao ano anterior. A expansão da cobertura 5G não só melhorou a experiência dos clientes, mas também reforçou nossa posição de liderança no mercado. Continuamos a investir em tecnologia de ponta e na densificação da rede para garantir que nossos clientes tenham acesso à melhor conectividade possível.

Na **Best Offer**, focamos na inovação através da expansão do portfólio de conteúdo e pela garantia da monetização de dados. Lançamos novos conceitos em pós-pago e pré-pago, transformando uma lacuna histórica em um elemento de diferenciação. Nossa abordagem de "mais por mais" e as táticas de *upsell* e *cross-sell* ajudaram a aumentar o engajamento dos clientes e na fidelização, reduzindo o churn. Cerca de 28% de nossos clientes possuem mais de um produto, o que demonstra a eficácia de nossas estratégias de oferta.

Para entregar o *Best Service*, utilizamos a tecnologia a nosso favor para manter os indicadores de qualidade de serviço nos mais altos padrões. A digitalização continua a ser uma fonte importante de oportunidades, e nosso novo aplicativo deve se tornar um motor relevante para essa mudança. A evolução da jornada do cliente visa reduzir pontos de dor e melhorar a qualidade geral. Uma experiência perfeita em nossos canais digitais, associada a recursos de resolvibilidade e gestão de valor dos clientes, demonstram o compromisso da TIM em fornecer soluções personalizadas que atendam às diversas necessidades dos clientes.

O conjunto de iniciativas que compõem a estratégia 3Bs ajudaram a TIM a alcançar grandes realizações em (i) Atração e Retenção de Clientes; (ii) Monetização de Clientes e (iii) Serviço e Experiência do Cliente.

**Atração e Retenção de Clientes**

A TIM superou seus concorrentes, crescendo a base de pós-pago (ex-M2M) em 7,3% ano a ano. Fomos o único grande player a defender nossa participação de mercado no pós-pago contra novos entrantes.

**Monetização de Clientes**

Temos o ARPU mais alto da indústria, acima de 31 Reais, crescendo 6% em relação a 2023. Para conseguir isso, combinamos estratégias de "mais por mais", além de táticas de *upsell* para mover os clientes para cima na escada e iniciativas de *cross-sell* para expandir nossa relevância nos bolsos dos clientes. O maior engajamento do cliente – cerca de 28% de nossos clientes têm mais de um produto – também ajudou a aumentar a lealdade e, consequentemente, reduzir o churn.

**Serviço e Experiência do Cliente**

A TIM tem uma rede de atendimento excepcional, sendo a líder na maior parte dos rankings, resolvendo os problemas mais rapidamente e de acordo com as expectativas dos clientes. Ainda temos espaço para melhorar quando se trata do número de reclamações, pois ainda não somos a menos reclamada em todos os rankings.

Analisando nossa performance de rede, fica evidente que a TIM tem a melhor rede do Brasil. Estamos presentes em mais lugares do que qualquer outra operadora, tanto em 4G quanto em 5G. E, de acordo com o recente relatório da Open Signal, a TIM foi a operadora mais premiada no Mobile Network Experience Report. Ganhamos 7 das 14 categorias, deixando para trás nossos concorrentes. Nesse resultado excepcional, destacamos que somos a operadora número no ranking de Qualidade Consistente por três anos consecutivos. Segundo a OpenSignal, essa métrica é a que mais se conecta com a experiência dos clientes.

Essas conquistas notáveis foram possíveis graças à contribuição de cada funcionário da TIM. E temos orgulho de liderar uma equipe de pessoas comprometidas e trabalhadoras, com um nível de engajamento de 90%.

**► Conclusão e Perspectivas**

Quando iniciamos o ano, estabelecemos metas desafiadoras, mas alcançáveis. Ao longo do ano nossos desafios do contexto externo foram se apresentando, porém mesmo assim, conseguimos manter uma execução consistente e o que nos levou a atingir todas as nossas metas:

Projeções x Resultados 2024		
Indicador	Projeção Curto Prazo	Resultado
Receita		
Crescimento da Receita de Serviços		
EBITDA	+6,4% A/A	+6,4% A/A
Investimentos (Capex)	Crescimento Nominal: R\$ 4,4 Bi – 4,6 Bi	4,5 Bi
Fluxo de Caixa Operacional		
Crescimento do EBITDA-AL menos (EBITDA-AL 1 menos Capex)		
	+22,9% A/A	+22,9% A/A
Remuneração aos Acionistas		
	-R\$ 3,5 Bi	R\$ 3,5 Bi (R\$ 1,5 bi em JSCP e R\$ 2,0 bi em dividendos1)

Estamos num longo caminho para nos tornarmos a empresa de telecomunicações preferida, por isso, devemos continuar focando na execução da nossa estratégia, ajustando-nos ao ambiente, quando necessário, mas nunca perdendo de vista os nossos objetivos finais.

**2. Panorama Econômico e Industrial**

**2.1. Ambiente Macroeconômico**

O ano de 2024 foi bastante desafiador para o Brasil, que conviveu com um cenário de depreciação do dólar, pressão inflacionária e redução da taxa de juros básicas da economia (SELIC), mas, em contrapartida, no trimestre móvel encerrado em novembro de 2024, a taxa de desocupação recuou para 6,1%, a menor da série histórica da Pnad Contínua, iniciada no primeiro trimestre de 2012. Após um 2023 com um balanço geral positivo, o ano de 2024 foi repleto de incertezas sobre a política fiscal. Ao longo do ano se tinha expectativa sobre o cumprimento da meta de zerar o déficit primário. O Banco Central chegou a realizar movimentos de diminuição da taxa de juros. Com um cenário incerto, e que depois veio se confirmar o não cumprimento da meta pelo governo. Com base neste cenário e expectativas futuras, o Banco Central realizou um processo de aumento gradual da SELIC, fechando o ano em 12,25% ao ano.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2024 em 4,83%, acima do centro da meta estimada para o ano (4,5%), mas dentro da margem de 1,5% da meta. A variação é a maior para um período entre janeiro e dezembro desde 2022, quando o IPCA acumou alta de 5,78%. Em 2023, a inflação anual foi de 4,62% e ficou dentro do intervalo da meta após dois anos seguidos de descumprimentos. As carnes (20,84%), a gasolina (9,71%), os planos de saúde (7,87%), o óleo de soja (29,21%), o óleo de oliva (21,53%), o café moído (39,6%) e o leite longa vida (18,83%) aparecem entre os vilões do bolso dos brasileiros no ano passado.

Em 2024 o câmbio apresentou uma considerável volatilidade, com o Real apresentando uma grande desvalorização frente ao dólar em relação ao fechamento do ano anterior. No último fechamento, a moeda americana terminou cotada a R\$6,19, um aumento de 26%. Em relação ao Real, a moeda americana apresentou uma máxima de R\$6,19 contra uma mínima de R\$ 4,84 durante o ano, uma variação de 28%, num cenário de incertezas domésticas, riscos fiscais, e muitas discussões sobre, por exemplo, a Proposta de Reforma Tributária. A balança comercial, por sua vez, fechou o ano com superávit de US\$74,6 bilhões, uma redução de 24,6% na comparação com o fechamento de 2023. As exportações fecharam o ano em US\$ 337 bilhões, e tiveram uma variação negativa de 0,8% em relação ao ano de 2023. As importações registraram US\$ 262,5 bilhões, aumentando em 9% na comparação anual.

O cenário internacional foi, por mais um ano, marcado por muitas incertezas e volatilidade com taxas de inflação altas e com resistência a queda, capitaneadas pelos preços de commodities, alimentos, e gargalos logísticos e de produção, além de redução nos índices de crescimento do PIB em grande parte dos países. Nos Estados Unidos, a inflação desacelerou para 2,8%, enquanto o PIB cresceu 2,6%, sustentado por um consumo robusto e investimentos moderados. A Europa exibiu uma recuperação limitada, com um crescimento de 1,2%, ainda impactada pela crise energética e os desdobramentos do conflito Rússia-Ucrânia. A inflação na região diminuiu para 3,1%, indicando maior estabilidade. Entre as economias emergentes, a China desacelou-se, retomando um crescimento de 5,2% devido a estímulos econômicos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou o crescimento global para 3,1% para 2024, levemente acima dos 3,02% de 2023, refletindo uma modesta melhora nas cadeias produtivas e no comércio global. Apesar disso, incertezas geopolíticas e desafios climáticos continuam a pressionar as economias ao redor do mundo.

**2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações**

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional".

Ao longo de sua trajetória, o setor sempre foi impactado por o círculo de competição no mercado brasileiro, verificada pela presença de ofertas muito agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral. Entretanto, nos últimos anos, esta competição tem caminhado mais para questões ligadas a qualidade e atendimento, tornando-se mais racional do ponto de vista de preços. No último ano, é possível afirmar que tivemos um processo de continuidade dessa transição para um novo modelo de competição.

Em 2024, o setor de telecomunicações brasileiro viveu importantes avanços regulatórios e inovações tecnológicas. Por exemplo, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) atualizou normas e regulamentos, lançou projetos para soluções *direct-to-device* e repeditores de sinal, além de ter implementado novas regras para a homologação de drones.  
Da mesma forma, a Agência intensificou esforços para aprimorar a segurança cibernética no contexto das telecomunicações, atuando no combate a chamadas abusivas. Além disso, junto aos agentes regulados, iniciou os estudos dos impactos da inteligência artificial (IA) na conectividade.

O ano também foi marcado por medidas estruturais, com a aprovação de decreto pelo Governo Federal determinando a cessão obrigatória de postes de energia para o setor de telecomunicações. Bem como a adaptação das concessões de telefonia fixa ao regime de autorização, momento aguardado por diversos agentes do setor.

Por fim, houve também a continuidade da implementação e expansão da tecnologia 5G no Brasil, buscando atender às demandas de velocidade e conectividade. Nesse contexto a TIM encerrou 2024 tendo implementado a tecnologia 5G em 398 cidades, incluindo todas as 27 capitais do país, totalizando 607 cidades, com número de antenas muito superior ao exigido pela ANATEL, fornecendo uma melhor experiência para o usuário.

**► 3. Serviços TIM**

**3.1. Negócios**

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de atender novos padrões de consumo ao mercado. Com uma abordagem proativa, a Companhia sempre está em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios no setor de telecomunicações. O perfil de uso dos clientes atualmente baseia-se muito no consumo de vídeos, conteúdos e serviços digitais. O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas registradas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados no móvel, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT.

Além sobre o portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. Se posicionando de forma única com o objetivo de se tornar a operadora de maior preferência dos brasileiros, possuindo a melhor proposta de valor em mercado que se alavanca por valor. Seja com um melhor serviço, oferecendo uma melhor experiência ao cliente, seja com uma melhor rede, o que um dia foi uma lacuna estrutural hoje é uma vantagem competitiva, ou seja ainda por uma melhor oferta, contando com parcerias e ofertas inovadoras.

Além disso, a TIM possui parcerias com diversas parcerias nas mais variadas frentes, com destaque para os segmentos de Conteúdo e Segurança (parceria com Deezer e HBO MAX, por exemplo), Educação (Descomplica), Varejo (Zé Delivery) e Saúde (Carrisa de Todos). Isso gera simultaneamente, impacto social, crescimento de receita e que possibilita a Companhia acumular Fluxo de Caixa Operacional Livre.

**3.2. Estratégia**

Com a atualização do plano estratégico da Companhia, a TIM reforça a busca por um crescimento sustentável do negócio levando em consideração todos os stakeholders e objetivando a criação de valor para cada um deles. Neste contexto, o plano desenhado pela Companhia é centrado em estratégias para a evolução do negócio existente com inovações incrementais e iniciativas que melhorem a posição relativa da TIM. Ao mesmo tempo, novas frentes são abertas buscando a transformação do negócio com mudanças mais disruptivas, entrada em novos mercados e captura de oportunidades que vão além do negócio central da TIM. Dentre as alavancas para alcançar nossa aspiração, listamos:

- **Alavancar a melhor proposta de valor em um mercado focado em valor, com melhor serviço, melhor rede e melhor oferta.** Com melhor serviço continuamos nossa melhor jornada rumo à excelência na experiência do cliente, com a melhor rede consolidamos nossa posição como líder em qualidade de rede no Brasil e com a melhor oferta, alavancamos nosso DNA de inovação e parcerias para oferecer a melhor oferta;
- **Ampliação da nossa presença na área de tecnologia B2B/IoT, alavancando o pioneirismo da TIM, com foco em parcerias estratégicas que pretendem captar o crescimento esperado do mercado e buscando oportunidades, especialmente no 5G;**
- **Busca de oportunidades de alto crescimento, com alavancagem dos pontos fortes da TIM no móvel: rápido crescimento em IoT, com pioneirismo em diversos setores, do Agro e Logística até Indústria, chegando até os Serviços Públicos;**
- **Expansão do portfólio de nossas parcerias estratégicas para acelerar nossa captura de valor, linha na qual a TIM já possui parcerias com líderes de setores e mantém a busca por oportunidades de negócios;**
- **Abordagem seletiva para crescer de forma rentável no mercado de banda larga. Existe, neste mercado, espaço para acelerar e a Companhia está pronta para fazê-lo. A Companhia está se desenvolvendo sua *next generation*, com uma estratégia muito bem definida: ser a operadora preferida no segmento móvel, moldar um novo mercado no B2B, crescimento rentável na banda larga, culminando em eficiência inerente ao negócio.**

**► 4. Recursos Humanos**

A Diretoria de Pessoas, Cultura e Organização (*People, Culture & Organization*), está estruturada com o propósito de assegurar as melhores práticas relativas à gestão de pessoas para suportar a evolução da Companhia, alinhadas às transformações tecnológicas e desafios de negócio, ao compromisso de sustentabilidade, diversidade e inclusão, e a valorização da diversidade e inclusão. Além de buscar sempre a evolução do modelo de trabalho, a construção de ecossistemas para o contínuo desenvolvimento das competências, da promoção do cuidado e do bem-estar para as nossas colaboradoras e colaboradores, em todas as dimensões.

Para apoiar cada vez mais a estratégia das pessoas colaboradoras e garantir foco das lideranças nas necessidades do negócio, em 2023 fizemos um diagnóstico cultural com a alta liderança, baseado em metodologia internacionalmente reconhecida, o *Barrel Value Centre*, com o objetivo de mapear os pontos fortes e a cultura da cultura desejada, identificando oportunidades de evolução no nosso jeito de se agir, proporcionando comportamentos adequados e ambiente favorável ao atingimento dos resultados esperados.

Comunicamos para o time a estratégia da empresa, garantindo simplificação e entendimento das prioridades da estratégia, aproximando as pessoas do compromisso com os resultados, através da Identidade 101, pautada em 3 pilares:

- **Cliente em primeiro lugar:** o foco na experiência do cliente, em toda sua jornada com a TIM, através de iniciativas que promovam as mudanças necessárias para ajustar qualquer fator que esteja impactando nessa experiência.
- **Zerar Barreiras:** por isso, zerar as barreiras é também uma premissa e deve ser uma prática contínua. Ao nos separarmos com alguma dificuldade, com algo que poderia ser feito de melhor forma, devemos nos mobilizar e envolver as pessoas necessárias para promover essas mudanças. A colaboração é a chave para essas mudanças e o melhor caminho para atingirmos e superarmos as metas.
- **Você, protagonista:** só saímos da zona de conforto quando nos tornamos protagonistas. Quando assumimos a responsabilidade com coragem, foco e determinação para fazer acontecer. A liderança foi novamente envolvida para construir os valores culturais, que orientam os comportamentos e as decisões no dia a dia de toda a organização, contribuindo para o atingimento de resultados. Os valores são:

- **Sustentabilidade:** Entender o cliente é nossa maior motivação. Entregamos liberdade de escolha com as melhores soluções e experiências para os clientes e a sociedade. Porque queremos fazer a diferença na vida das pessoas.
- **Seja Protagonista:** Fazemos acontecer com entusiasmo. Assumimos os desafios com energia, atitude positiva e determinação. Agimos com responsabilidade e comprometimento em tudo o que fazemos.
- **Supere Barreiras:** Agilidade e colaboração nos movem para realizar. Otimizamos processos nos adaptamos às mudanças com rapidez e qualidade. Simplificamos a forma de fazer as coisas para entregar resultados excepcionais.
- **Construa Confiança:** Transparência e respeito são a base para a confiança em todas as nossas relações. Praticamos a escuta ativa, a empatia e a colaboração para fortalecer conexões. Ética e integridade são inegociáveis.
- **Promova Inclusão:** Aqui, todas as pessoas têm voz e se orgulham de ser quem são. Valorizamos a diversidade de ideias, habilidades e histórias. Usamos tecnologia a favor do desenvolvimento socialmente sustentável da sociedade.
- **Pense Grande:** Antecipamos e construímos o futuro. A busca pela inovação nos move a entregar soluções que nos colocam sempre à frente. Temos coragem para ousar, ir além e transformar a sociedade.

Contar com um time engajado é fundamental para superar desafios e conquistar melhores resultados. Na TIM, a relação de transparência e respeito com todos os níveis fortalece o orgulho de pertencer e a clareza sobre nosso direcionamento. Esses fatores são diferenciais no desenvolvimento da nossa marca empregadora e da experiência do colaborador. Em 2024, mantivemos a alta adesão das pessoas à Pesquisa de Clima e Engajamento, com 97% (-1pp), reafirmando a consistência desse canal de escuta e a confiança do nosso TIME em compartilhar feedbacks que impulsionam a nossa evolução contínua.

Consolidamos o excelente resultado do ano anterior, com alto patamar de favorabilidade, em 86% (0pp), e de engajamento, com 90% (-1pp). Quando comparado aos mercados avaliados pela Mercer, consultoria parceira na aplicação da Pesquisa, nosso desempenho se destaca: estamos 12pp acima do Mercado Teleco Global e 10pp acima do Mercado Geral Brasil. Além disso, superamos em 3pp P75 (os 25% mais bem posicionados do Brasil) e estamos a apenas 2pp de alcançar o P90 (os 10% mais bem posicionados do Brasil).

Ao avaliar o desempenho das dimensões da Pesquisa, observamos forte consistência ano contra ano: a dimensão Carreiras Atrativas, que já apresentava altos resultados, cresceu 1 pp, alcançando 91% de favorabilidade; Processos Organizados (83%) e Reconpensa Justa (83%) se mantiveram estáveis e Cultura de Integridade (91%), Engajamento (90%), Liderança Responsável (86%), Individualidade Próspera (85%) e Agência Organizacional (78%) apresentaram uma oscilação de -1 pp. Ambiente Saudável, dimensão que apresentava favorabilidade acima da média da companhia, teve uma redução de 2pp, atingindo 86% - em linha com o resultado geral da TIM.

Das 9 dimensões, 82 estão acima do mercado P75 da Mercer (25% mais bem posicionados do Brasil). As questões relacionadas à carreira destacaram-se entre os resultados, com 95% de favorabilidade em oportunidades contínuas de crescimento (+7p, em relação ao P90) e 89% na percepção de poder alcançar o máximo potencial na TIM (+2p p, em relação ao P90). Outros destaques incluem o orgulho das nossas colaboradoras e dos nossos colaboradores (94%) e o alto engajamento (90%). Ambiente diverso e inclusivo segue como nossa maior fortaleza, com desempenho 4 p acima do P90, com 96% de favorabilidade. O TIME também reconhece o compromisso da TIM no combate a qualquer forma de assédio ou discriminação (94%) +1p, acima do P90.

Por último, destacamos os resultados positivos na percepção do TIME sobre as lideranças, com avanços em aspectos importantes: feedback (90%, +5p, em relação ao P90), abertura para ouvir (91%, +1p, em relação ao P90) e incentivo para o que o time sugira melhorias (89%, +1p p, em relação ao P90).

Em 2025, nosso principal desafio será seguir o plano de evolução da Agilidade Organizacional, iniciado no segundo semestre de 2024, que mapeou 130 ações nas frentes de Colaboração, Ferramentas, Sistemas e Processos. O plano é conduzido de forma colaborativa por diversas áreas da TIM, com monitoramento contínuo para avaliar seu impacto e eficiência, e comunicação ampla sobre suas entregas.

**4.1. Pessoas**

A TIM encerrou o ano de 2024 com 9.127 funcionários em todo Brasil. Esses colaboradores, com suas histórias e conhecimento, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como motores para o desenvolvimento do negócio. Aproximadamente 68,3% dos colaboradores possuem ensino superior completo ou frequentam a universidade e 9,1% possuem pós-graduação.

Em 2024, consolidamos nossas práticas de desenvolvimento de pessoas, integrando-as aos nossos Valores Culturais e às demandas estratégicas da organização. Com ações transversais e customizadas para diversos públicos, reforçamos o alinhamento com os objetivos corporativos e fornecemos o suporte necessário para impulsionar o crescimento sustentável da TIM.

Mais uma vez, evoluímos o processo de Performance através de feedbacks do próprio TIME, para agregar ainda mais valor ao desenvolvimento dos colaboradores. Além de evoluir o Modelo de Competências para Avaliação pelos Valores Culturais, potencializamos o papel da Liderança também na avaliação por projetos, promovendo uma abordagem mais integrada e colaborativa.

No início de 2024, encerramos o ciclo de performance 2023 onde aproximadamente 8.800 colaboradores foram avaliados, alcançando uma participação expressiva de 98% na etapa de avaliação, destacando mais uma vez o engajamento significativo da organização. Em julho lançamos o ciclo de performance de 2024, onde ocorreu a primeira etapa de avaliação por projetos, com a avaliação da liderança e pares/clientes, alcançando 90% de adesão.

Para apoiar a implementação de nossos programas de desenvolvimento de pessoas, desenvolvemos o *Feedforward*, por meio de processos ágeis, personalizados e inclusivos. Mantemos como premissas fundamentais de nossa estratégia de desenvolvimento de pessoas a **customização** e o **valor agregado**, assegurando que nossas iniciativas continuem a contribuir para o crescimento sustentável da TIM.

Para o desenvolvimento de lideranças, por exemplo, demos continuidade ao programa E-Coaching ao programa Mentoria *Intercompany* para mulheres. Além disso, implementamos a jornada *Lider Coach* para formar líderes capazes de liderar times para promover a evolução cultural, por meio de ferramentas de coaching que contribuíram para a ampliação das competências e comportamentos esperados e, também, capacitação em *Conversas Potentes*, focada no desenvolvimento de habilidades de comunicação e capacizes, fundamentais para fortalecer o relacionamento e a performance das equipes. Essas iniciativas trabalham de forma integrada, capacitando os líderes para enfrentar os desafios e promover o crescimento sustentável da organização.

• No programa *E-Coaching*, foram lançadas 4 novas turmas, totalizando 21 turmas desde seu lançamento. A metodologia utiliza o modelo de mentoria - *via digital* - com duração de 8 semanas, com sessões individuais e coletivas de short-coaching com um coach certificado e/ou credenciado pela ICF (*International Coaching Federation*), além de uma curadoria exclusiva de conteúdos e ferramentas. Até o momento, 400 pessoas completaram seu percurso desde o lançamento do programa em 2020. Já na Mentoria *Intercompany*, em parceria com a iniciativa "Mulheres Positivas", tivemos a 4a onda do programa com 60 pessoas de 5 empresas diferentes participantes de uma jornada de 6 meses com sessões de mentoria, palestras e encontros peer-to-peer. Nesta turma, 23

mulheres da TIM participaram.

Além disso, 440 mulheres já foram impactadas pelo programa, que tem como objetivo promover reflexões, despertando o empoderamento e acelerando o desenvolvimento da carreira de mulheres. A Comunidade das Mentoradas da Mentoria *Intercompany* foi outra iniciativa relevante, que impactou 105 mulheres de 20 empresas e proporcionou um ambiente de troca de *networking* e experiências, rotas de conversa com líderes inspiradoras e o primeiro encontro presencial com as participantes desde o início do programa em 2021.

• A Jornada *Lider Coach* foi oferecida para 200 líderes nos níveis N2, N3 e N4, com previsão de expansão para os demais níveis de liderança da TIM em 2025, ampliando ainda mais o alcance dessa iniciativa estratégica.

• A capacitação em *Conversas Potentes*, direcionada à liderança de lojas e call centers, impactou diretamente 200 líderes e fortaleceu suas habilidades de comunicação e gestão no dia a dia. Outras iniciativas que contribuíram para o desenvolvimento de pessoas, foram as turmas de Mentoria Interna para Estagiários(as) e Profissionais, envolvendo respectivamente 108 estagiários e 108 mentores e 150 profissionais e 150 mentores, promovendo trocas significativas, *networking*, fortalecimento dos Valores Culturais e o crescimento mútuo entre os participantes.

Em 2024, avançamos significativamente na Gestão de Talentos, dando continuidade aos Comitês para as demais áreas da empresa. Concluímos 100% do *rollout* com a discussão de aproximadamente 19 executivos em 56 horas de tempo dedicado, assegurando um mapeamento robusto e integrado da liderança organizacional.

Essa evolução da sequência ao trabalho iniciado em 2023, quando implementamos o primeiro Comitê de Talentos na área de Operações (*Chief Revenue Office*). Esse piloto permitiu não apenas identificar talentos estratégicos, mas também refinar a metodologia desenvolvida internamente, garantindo um modelo eficaz e escalável para todas as áreas da organização.

Para a alta liderança, continuamos mapeando os executivos que garantirão a perenidade do negócio no longo prazo. O programa *Top Executives Assessment* em parceria com uma consultoria externa de *Leadership Advisory*, nos ajudou a mapear e acelerar o desenvolvimento dos altos executivos que alimentarão o plano de sucessão da empresa.

A TIM também deu continuidade às jornadas de aprendizagem personalizadas para as diversas áreas com base nas diferentes necessidades relacionadas à atividade. Iniciado em 2023 e consolidado em 2024, o programa integrado de aprendizagem e aculturação **Onca Digital** tem o objetivo de impulsionar o desenvolvimento do *Mindset Digital* e das Habilidades Técnicas essenciais para o contexto de transformação digital. Durante o exercício do ano de 2024, desenvolvemos 4 iniciativas:

1. TIM Agile Academy
2. TIM AI Academy
3. TIM Data Academy
4. TIM Digital and Culture Mindset

1. Lançado em 2024 o TIM Agile Academy surge com o objetivo de contribuir para agilidade organizacional através de formação educacional em metodologias ágeis e a devida aplicação em projetos, alavancando novas competências e melhores resultados à TIM. Para isto, foram criados três perfis de treinamento: Agile Practitioner, Agile Advanced e Agile Coach – que somados, durante o ano foram capacitados aproximadamente 460 profissionais.

2. O AI Academy, lançado também em 2024, consiste numa jornada de aprendizagem desenvolvida de forma personalizada, oferecendo cursos de multimódulos contendo temas técnicos e comportamentais, que auxiliam nosso TIME nos desafios futuro. Com o objetivo de difundir um conhecimento básico para toda TIM, em agosto de 2024 um treinamento foi lançado para toda companhia, no qual já foi concluído por 60% dos colaboradores – aproximadamente 5.700 pessoas.

3. No TIM Data Academy, que surge em 2023 como um marco significativo para a TIM Brasil, esta academia busca ser uma alavanca para impulsionar a geração de valor através do uso de *advanced analytics*, ampliar o sucesso dos casos de uso, desenvolver oportunidades de negócio e fomentar a cultura *Data Driven*. O ano de 2024 reafirma sua relevância para companhia, além da criação de um novo perfil de treinamento (*Data Expert* – totalizando assim 4 perfis), também ofertou um portal para toda organização com informações sobre a iniciativa próximas turmas e cursos livres (prontos para serem iniciados). Passaram por essa academia ao longo de 2024, 974 profissionais – o que representa um acréscimo de cerca de 60% versus o ano anterior.

4. Por fim, o TIM *Digital and Culture Mindset*, trouxe em 2023 um instrumento inédito e criado de forma customizada para compreender o nível de maturidade digital de profissionais e líderes da TIM – sob a ótica de 8 habilidades digitais soft skills: pensamento criativo, curiosidade (agilidade de aprendizagem), colaboração (gestão das relações), senso de responsabilidade, resolução de problemas, comunicação e conexão com o cliente. Todas as informações sobre o desenvolvimento de acordo com referências globais como World Economic Forum, Bain & Company Report e outras pesquisas científicas.

Se o ano passado foi um ano de diagnóstico com a aplicação de um assessment (realizado por 90% de toda Organização), em 2024 disponibilizou-se Jornadas de Aprendizagem customizadas para cada uma das habilidades mapeadas, já iniciada por cerca de 35% dos profissionais.

Para suportar o processo de evolução das iniciativas acima, fortalecemos ainda mais o *Plural*, nosso programa interno que tem como objetivo apoiar o processo de desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais essenciais para o negócio. O programa proporciona o **protagonismo** dos colaboradores multiplicadores na **criação de conteúdos** e conecta as pessoas em uma rede de aprendizado onde o compartilhamento de conhecimento acontece de maneira estratégica, democrática, customizada e flexível em temas como Excel, Power BI, *Storytelling*

Desde sua criação, a área implementou um consistente programa de governança do tema na companhia, que conta com ações contínuas de comunicação e treinamento, baseadas em um calendário anual de diversidade e inclusão (com referência às datas internacionais da ONU e datas nacionais), criação e/ou revisão de políticas e processos orientados à cultura inclusiva, acompanhamento de indicadores, e a criação e implementação de projetos e iniciativas específicas para promoção da inclusão nos pilares de diversidade. Na esfera executiva, em 2020, foi criado um Comitê de Diversidade e Inclusão da TIM, e a sociedade brasileira reforça seu **reports diretos**, que acompanha a evolução dos processos e oportunidades de avanço da pauta na empresa. Entendendo que o envolvimento das pessoas é fundamental para a evolução da cultura, ainda em 2020 lançamos os 5 Grupos de Afinidade, um para cada pilar detalhado na próxima página, que hoje possuem aproximadamente 5500 colaboradores(as).

A TIM acredita na diversidade da força de trabalho como pilar fundamental na promoção de uma experiência positiva às pessoas. A Companhia mantém esforços para disseminar uma cultura de respeito e inclusão entre os(as) colaboradores(as) e na sociedade brasileira, reforça seu compromisso por meio de suas metas do Plano ESG. Em linha com essas estratégias, em 2024, a TIM manteve o foco de atuação nos pilares de D&I que trabalha:

- Gênero: Atuamos na busca por equidade de gênero empoderando mulheres, aumentando a representatividade feminina em posições de liderança, promovendo políticas e iniciativas em prol da empregabilidade, desenvolvimento e evolução de carreira e saúde e bem-estar. Além de uma forte atuação na frente do combate à violência contra a mulher, por meio de parcerias e programas estratégicos sobre o tema.
- Pessoas com deficiência: Combatemos o capacitismo, promovemos um ambiente cada vez mais acessível, aumentando a contratação e apoiando o desenvolvimento de carreira de pessoas com deficiência em todos os níveis.
- Pessoas LGBTQI+: Promovemos um ambiente seguro que combate a LGBTI+fobia através de programas de empregabilidade, desenvolvimento de carreira e iniciativas de conscientização que garantam a equidade de tratamento às pessoas independentemente da sua orientação afetivo-sexual, identidade e expressão de gênero.
- Raça/Etnia: Combatemos o racismo e aumentamos a representatividade de lideranças negras na TIM, garantindo a equidade de oportunidades, independente de raça e etnia.
- Gerações: Valorizamos uma cultura intergeracional, combatendo o etarismo, valorizando a diversidade geracional em um ambiente de troca e aprendizado mútuo, além da promoção de ações de equidade para pessoas 50+.

Inclusão Social: Este é um pilar específico da área de Cultural Education & Inclusion Management, no entanto, a TIM possui forte compromisso com a inclusão social. Pensando nisso, em 2022, iniciamos a parceria com a ONG Gerando Falcões em prol da transformação social e econômica de comunidades periféricas espalhadas pelo país, com iniciativas para promover inclusão produtiva, levando mais tecnologia para as comunidades, empregabilidade, capacitação e doação de recursos para projetos sociais realizados pela ONG. Entre 2023 e 2024, realizamos 3 turmas de capacitação em vendas e tecnologia, com 80 pessoas capacitadas para o mercado de trabalho e 10 contratadas para trabalhar nas nossas lojas próprias e treinamos aproximadamente 84 mulheres do projeto ASMARAS, que visa gerar mais renda para mulheres que atuam como vendedoras porta-a-porta em suas comunidades para a venda de chip e recarga TIM. Além do treinamento foram doados 1000 chip+ recarga e um kit merchandising com cochete/porta máquina de cartão de crédito e camisas do programa.

Além disso, o programa "Respeito gera respeito", lançado em novembro de 2021, teve suas ações intensificadas. Criado com o objetivo de prevenir e cobrir o assédio moral, sexual e bullying, o programa manteve as atividades de comunicação e treinamentos contínuos para liderança e profissionais TIM durante o ano, a fim de promover uma cultura e um ambiente de trabalho mais seguro e livre de qualquer tipo de discriminação. No âmbito do suporte e acolhimento, reforçamos a comunicação do serviço de assistência social específico sobre o tema e disponibilizado a todas as pessoas colaboradoras.

Para suportar o processo de aculturação e aprendizado sobre temas relacionados a Diversidade e Inclusão, a TIM realizou iniciativas para combater vieses inconscientes através de treinamentos para o público profissional e liderança. Além disso, possui o Teclado Consciente, que atua para eliminar do dia a dia expressões e palavras que carregam conotações racistas, machistas, etaristas, capacitistas e LGBTI+fóbicas. O aplicativo alerta os(as) usuários(as) sobre o uso de palavras discriminatórias, explica a origem dos termos e propõe substituições. Além disso, a TIM também tem guias de diversidade no site da companhia que abordam temas como liderança inclusiva, atitudes inclusivas e respeitosas sobre os pilares LGBTQI+, CD, raça, gênero e gerações.

Além disso, a TIM realizou campanhas de comunicação e de comunicação, em alinhamento com o calendário anual de Diversidade & Inclusão, que contempla as principais datas globais conforme o calendário da ONU e datas nacionais de grande representatividade. Além de temas relacionados aos 5 pilares representativos, trabalhamos outros temas de grande relevância, como gordofobia, HIV/Aids e intolerância religiosa. Outra ação foi o TIM Convida, série de eventos digitais, aberta a toda a sociedade, com o objetivo de discutir questões atuais relacionadas à D&I, com palestrantes reconhecidas(a)s pela sua atuação no tema. Além disso, foi mantida a realização do Projeto "Chama pro TIM" em todos os pilares trabalhados na TIM Brasil, no qual as pessoas colaboradoras são convidadas a indicar candidatas(os) de grupos minorizados para oportunidades na TIM. Realizamos treinamento específicos para as lideranças sobre os pilares e temáticas de D&I, além de temas no nosso *onboarding* um treinamento obrigatório sobre Diversidade e Inclusão.

Durante o ano, também continuamos com os nossos bancos de talentos LGBTQI+, Pessoas com Deficiência, Pessoas Negras, Pessoas 50+, Mulheres Tech e Mulheres Líderes, disponíveis a toda a sociedade, divulgados através das nossas campanhas ao longo do ano e do site externo. Evoluímos na construção de programas afirmativos de carreira, como:

- **Pérolas Negras**, é um programa de capacitação e desenvolvimento de carreira para pessoas negras. Ele inclui ações de sensibilização, treinamentos focados no desenvolvimento pessoal e profissional, e preparação para cargos de gestão.
- **Carreiras de Orgulho**, para as pessoas da comunidade LGBTQI+, investimos em uma jornada de desenvolvimento de carreira com competências técnicas e comportamentais.

- **Programa de Desenvolvimento Geracional**, com foco em acelerar o desenvolvimento digital e potencializar o talento de pessoas com 50 anos ou mais, sem reforçar estereótipos e respeitando a história e experiência de cada pessoa.
- Além da manutenção do Programa Mentoria Interscompany e Comunidade Mentoria Interscompany, destinada ao desenvolvimento de mulheres em posição de liderança.

Já na frente de ecossistemas e parcerias estratégicas, a TIM continua participando de alguns dos mais importantes movimentos do ecossistema de D&I: ONU Mulheres; Coalizão Empresarial pelo Fim à Violência Contra Mulheres; Família Sem Misoginia; Família Zé e a 7ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Governo Federal, ambos com foco em mulheres; Pacto pela Parentalidade da Maternidade nas Empresas, com foco na promoção da cultura parental e equidade de gênero; Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero, com foco na população negra; Fórum de Empresas e Direitos LGBTQI+, com foco na comunidade LGBTQI+; Fórum de Gerações, com foco na diversidade geracional e Rede Empresarial de Inclusão Social (REIS), com foco em pessoas com deficiência.

Intensificamos nossa atuação no combate à violência contra a mulher e em parceria com o Mulheres Positivas, lançamos o Caminho Delas em 2022, uma funcionalidade de geolocalização dentro do aplicativo Mulheres Positivas que traça rotas mais seguras para as mulheres. Em 2023, iniciamos um piloto adicionando 11 das nossas lojas próprias do Rio de Janeiro e São Paulo a funcionalidade Caminho Delas. Essas lojas são locais seguros para mulheres em situação ou em risco de violência, nas quais as equipes estão preparadas para atender e conectar as mulheres a rede de apoio. Em 2024 expandimos a iniciativa para todas as lojas próprias do Brasil e 43 lojas parceiras, somando mais de 200 lojas e mais de 2000 pessoas capacitadas no programa.

Como resultado de nosso esforço contínuo, em 2024 a TIM foi reconhecida com diversos prêmios e rankings de diversidade:

- Prêmio Anual de Acessibilidade: pela terceira vez, a Companhia foi considerada a operadora mais acessível para pessoas com deficiência no Brasil. A TIM ficou em primeiro lugar no ranking do Prêmio, que está em sua sexta edição e busca estimular maior acessibilidade em lojas, sites e atendimento remoto dos serviços de telecomunicações, além de ações voluntárias das empresas do setor.
- Top Employers: Na edição 2024 da premiação, fomos reconhecidas como uma das melhores empregadoras do Brasil, destacando a promoção de um ambiente de trabalho inspirador, fundamentado em pilares que refletem nosso compromisso com as pessoas e a excelência. Contamos com uma liderança ativa e transparente, que fomenta o crescimento individual e coletivo, além de espaços que incentivam a colaboração e a troca de ideias. Priorizamos a Diversidade, Equidade e Inclusão, com processos justos e ações que valorizam talentos diversos. Investimos em treinamento contínuo para nossos colaboradores e oferecemos benefícios abrangentes que apoiam o bem-estar em todas as fases da vida. Por fim, equilibramos resultados empresariais com impacto positivo na sociedade e no meio ambiente, reafirmando nosso compromisso socioambiental.

- Rankings de Diversidade da GPTW: em 2024 fomos reconhecidas pelas melhores práticas de diversidade nas categorias étnico-racial, 50+, LGBTQI+A e Mulher.

- FTSE Diversity & Inclusion (antigo Refinitiv D&I): Pelo quarto ano consecutivo, a TIM é reconhecida como uma das empresas mais inclusivas do mundo, conquistando a 2ª posição global no FTSE Russell D&I Index 2024 (antigo Refinitiv D&I Index). O índice é uma das principais ferramentas utilizadas por investidores ao redor do mundo para identificar empresas com práticas avançadas no tema e o resultado representa um marco importante para a operadora. Neste ano, além de manter sua posição como a operadora mais inclusiva e diversa do setor de telecomunicações e líder entre as brasileiras, a TIM se destacou ao alcançar a 2ª colocação global.

- Diversa B3: A TIM é a única telco listada na B3, o primeiro da América Latina a considerar critérios de gênero e raça e reconhece empresas que promovem maior representatividade de grupos como mulheres, pessoas negras e indígenas no mercado.
- Selo Equidade BR: A TIM foi reconhecida pelo segundo ano consecutivo pela Human Rights Campaign Foundation por garantir uma experiência de trabalho inclusiva para colaboradores e colaboradores LGBTQI+A.

- Bloomberg (GEI): 1ª colocada da América Latina no Índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg e 7ª colocada entre as 484 empresas reconhecidas.
- Pesquisa Ethos/Epoca de Diversidade e Inclusão: a TIM está entre as empresas reconhecidas pela Pesquisa de Diversidade do Instituto Ethos em parceria com a Revista Época Negócios como uma das 72 empresas com melhor desempenho em D&I. Além disso, é destaque na categoria prata setorial Telecomunicações.

#### 4.5. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo, instituído de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis, tem por objetivo estimular os administradores e / ou membros do Conselho de Administração das outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto, sejam premiados em ações de emissão da Companhia por desempenhos extraordinários, de modo a estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhando, outrossim, os interesses desses aos seus e da Companhia.

Em 30 de março de 2021 e 28 de março de 2024, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. os planos de incentivo de longo prazo, "Plano 2021-2023" e "Plano 2024-2028", respectivamente, concedidos a altos administradores e ágeles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2021-2023 e 2024-2026 preveem a outorga de ações (*performance shares* e / ou *restricted shares*). Estes podem conceder ações de emissão da Companhia aos participantes, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios de distribuição em cada Outorga. De maneira geral, os objetivos de desempenho são vinculados a indicadores econômico/ financeiros, métricas de desempenho acionário (exemplos: *Net Cash Flow Before Dividends*, *EBITDA After Lease* (-) *CAPEX* e *Total Shareholder Return*) e indicadores ESG - *Environmental, Social & Governance* (exemplos: % de mulheres em posição de liderança, % de negros em cargos de liderança, *ecoeficiência* e reciclagem de resíduos sólidos), sempre em linha com os objetivos apresentados aos acionistas para o Plano Trienal.

O prazo de vigência dos Planos 2021-2023 e 2024-2026 possuem a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro, mediante aprovação prévia do Conselho de Administração.

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a gestão dos Planos fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia.

Os Planos vigentes estão sujeitos a Política de *Clawback* (Recuperação) em que se considera a devolução do pagamento, total ou parcial, obtido como efeito de comportamento fraudulento, má conduta tributária e / ou erro, sem o qual o objetivo não teria sido atingido ou teria sido atingido em menor nível.

Essa política poderá ser acionada nos três anos seguintes à apuração ou desdobramento da premiação objeto desta ação ou ao fiscal, o que for mais antigo. A Política de *Clawback* pode ser acionada ainda que o respectivo Participante tenha, à data da decisão de ativação, interrompido - por qualquer motivo, incluindo a possibilidade de licença laboral ou por prestação de serviços para a Companhia. A ativação da Política de *Clawback* não exclui o direito da Companhia à indenização por quaisquer danos adicionais, nem de forma alguma exclui a possibilidade de novas iniciativas, tais como medidas disciplinares, rescisão e / ou qualquer outra ação legal que seja permitida e prevista em conformidade com a legislação em vigor. Nesse sentido, a possibilidade da sua ativação é um elemento adicional e não um substituto para outras ações que podem ser acionadas pela Companhia.

Para maiores esclarecimentos acerca dos planos de incentivo de Longo Prazo da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, ver nota Explicativa 27, constante das Demonstrações Financeiras da Companhia.

#### 5. Rede

Infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia, e ao longo de 2024, a TIM reafirmou seu compromisso de investir buscando aprimoramento constante de seus serviços e melhoria contínua da qualidade, buscando oferecer sempre uma melhor experiência de uso para seus usuários. No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu bem-sucedido projeto de *refarming* expandindo para a frequência de 2,1 GHz, visando mais eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e FTAL. A TIM também teve o projeto de ampliação dos *Biosites*, chegando ao final do 2T/24 com 1.860 *biosites* ativos. Os *Biosites* são estruturas sustentáveis de menor custo, mais fáceis de instalar e que não causam impacto visual nas cidades, para aumentar a densidade de sites. No contexto de *big data*, a Companhia segue numa constante evolução de suas ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abordagem proativa, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos. No que tange à cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operadoras de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM visa desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

#### 5.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, se tornando a primeira operadora a cobrir 100% da população urbana brasileira, com a tecnologia 4G em 5.570 cidades, tornando-nos a primeira e única empresa privada de serviços a estar presente em todas as cidades do Brasil. No Brasil, a conectividade 4G continua prevalecendo em todo o país.

Durante 2024, a TIM continuou concentrando a maior parte de seus investimentos em rede e tecnologia de informação, em linha com o praticado nos anos anteriores e com o objetivo de atender à crescente evolução do consumo de dados. Nesse sentido, ampliamos a cobertura 5G por todo país, atingindo 607 cidades no Brasil, permitindo o crescimento do tráfego por meio de uma nova rede de acesso, mais rápida e eficiente. Para as principais cidades (Brasília, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), o serviço 5G está presente em 100% dos bairros.

Adicionalmente, o uso da frequência de 700MHz no desenvolvimento da rede LTE continua a evoluir, proporcionando uma significativa melhoria na experiência de uso dos clientes tanto em termos de performance, com maior velocidade de download e upload e menor latência, como em cobertura indoor, maior penetração.

DESCRIÇÃO	2024	2023	% A/A
<b>Cidades 4G</b>	<b>5.570</b>	<b>5.500</b>	<b>1,3%</b>
das quais 700 Mhz habilitadas	2.973	4.646	-36,0%
das quais VoLTE habilitadas	5.570	5.470	1,8%
<b>População Urbana Coberta (4G)</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>0,0%</b>
das quais 700 Mhz habilitadas	98%	96%	2,1%
das quais VoLTE habilitadas	100%	100%	0,0%
<b>Cidades 5G</b>	<b>607</b>	<b>209</b>	<b>190,4%</b>
<b>Homens passados*</b>	<b>15.663</b>	<b>11.700</b>	<b>33,9%</b>
FTTH	15.280	10.788	41,6%
FTTC	15.280	3.069	397,9%
<b>Cidades Cobertas com Banda Larga</b>	<b>239</b>	<b>151</b>	<b>62,4%</b>
FTTH	239	151	62,4%
FTTC	5	5	0,0%
FTTCity (nº cidades)	1.779	1.837	15,7%

#### 5.2. Qualidade

Por mais um ano, a TIM reforça seu compromisso com a evolução de seus serviços e melhoria contínua da qualidade para garantir uma melhor experiência de uso aos seus clientes. O foco na expansão e melhoria da infraestrutura de rede segue sendo fator fundamental do nosso plano de negócios. A TIM tem a melhor rede do Brasil. Estamos presentes em mais lugares do que qualquer outra operadora, tanto em 4G quanto em 5G. E, de acordo com o recente relatório da Open Signal, a TIM foi a operadora mais premiada no Mobile Network Experience Report. **Ganhamos 7 das 14 categorias**, deixando para trás nossos concorrentes. Nesse resultado excepcional, destacamos que somos a operadora número no ranking de Qualidade Consistente por três anos consecutivos. Segundo a OpenSignal, se o global independente em análise da experiência móvel dos consumidores, essa métrica é a que mais se conecta com a experiência dos clientes.

#### 6. Desempenho Operacional

DESCRIÇÃO	2024	2023	% A/A
<b>Base Móvel de Clientes (000)</b>	<b>62.058</b>	<b>61.248</b>	<b>1,3%</b>
Pré-Pago	31.857	33.634	-5,3%
Pós-Pago	30.202	27.614	9,4%
Pós-Pago ex-M 2M	24.238	22.580	7,3%
<b>Adições Líquidas Base Móvel (000)</b>	<b>810</b>	<b>(1.236)</b>	<b>n.a.</b>
Adições Líquidas Pós-Pago ex-M 2M (000)	1.659	(341)	n.a.
Base de Usuários 4G (000)	49.359	52.783	-6,5%
Base de Usuários 5G (000)	10.178	5.207	94,3%
<b>Market share</b>	<b>23,6%</b>	<b>23,9%</b>	<b>-0,3p.p.</b>
Pré-Pago	31,2%	31,3%	-0,1p.p.
Pós-Pago	18,7%	18,6%	0,2p.p.
Pós-Pago ex-M 2M	21,3%	21,3%	n.a.
<b>Base de Clientes TIM UltraFibra (000)</b>	<b>790</b>	<b>802</b>	<b>-1,6%</b>
FTTH	752	719	4,7%
FTTC	37	84	-55,4%

#### 6.1. Segmento Móvel

Ao final de 2024, a TIM somou 62,1 milhões de usuários móveis, aumento de 1,3% A/A, o que representou em adições líquidas um **incremento de 810 mil clientes nos últimos 12 meses**. Esse resultado foi apoiado pelo Pós-pago, que **seguiu crescendo e registrou alta de 9,4% A/A no 4T24, atingindo 30,2 milhões de clientes** – um aumento de aproximadamente 2,6 milhões de clientes nos últimos 12 meses.

#### 6.2. Segmento Fixo

A base de clientes da TIM UltraFibra somou 790 mil conexões no 4T24, uma retração de 1,6% A/A. Ainda assim, a base FTTH, principal parcela da banda larga, somou 752 mil clientes, avançando 4,7% A/A.

#### 7. Desempenho Financeiro

##### 7.1. Receita Operacional

DESCRIÇÃO	2024	2023	% A/A
<b>RS milhões</b>			
<b>Receita Líquida</b>	<b>25.448</b>	<b>23.834</b>	<b>6,8%</b>
Receita de Serviço Móvel	24.887	23.071	6,6%
Receita de Serviço Fixo	23.288	21.780	6,6%
Gerada pelo Cliente	21.605	20.228	6,8%
Interconexão	349	426	-18,0%
Plataforma de Clientes	219	162	34,9%
Outras Receitas	1.083	964	12,4%
<b>Serviço Fixo</b>	<b>1.331</b>	<b>1.291</b>	<b>3,1%</b>
dos quais TIM UltraFibra	921	874	5,4%
<b>Serviço de Produtos</b>	<b>860</b>	<b>763</b>	<b>12,8%</b>

Ao final de 2024, a **Receita Líquida Total atingiu R\$ 25.448 milhões, ante R\$ 23.834 milhões em 2023, um crescimento de 6,8% A/A**, impulsionado pelo crescimento de 6,4% A/A na **Receita de Serviços, atingindo o patamar mais próximo da faixa superior da meta para 2024**.

**Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):**  
A **Receita do Serviço Móvel (RSM) cresceu 6,8% A/A em 2024, totalizando R\$ 23.256 milhões**. Esse resultado é fruto da sólida performance do Pós-pago, refletindo a estratégia da Companhia de oferecer uma proposta de valor mais atrativa, baseada nos pilares de: Melhor Serviço, Melhor Rede e Melhor Oferta.

Detalhando o desempenho de cada segmento móvel em 2024:  
(i) Em 2024, a **Receita do Pré-pago caiu 4,3% A/A**. Excluindo-se a receita de interconexão, a Receita do Pré-pago teria caído 10,1% A/A. A queda mais acentuada no Pré-pago é explicada por: (i) migração dos clientes para planos pós-pagos; (ii) queda na recorrência de recargas; e (iii) por uma base comparativa mais desafiadora, dado que no 4T23 foi feito o reajuste de preço da oferta quinzenal de R\$ 15 para R\$ 17 e um patamar de recarregados mais elevados.  
(ii) Em 2024, a **Receita do Pós-pago cresceu em 8,8% A/A**. A performance foi impulsionada por uma gestão eficiente da base, combinando: (i) a migração dos clientes de planos pré-pagos para pós-pagos; (ii) um esforço para reduzir os níveis de desconexão, que estão historicamente baixos (taxa de ché no pós-pago ex-M2M mantida em 0,7%); (iii) foco contínuo na monetização dos clientes através da migração para planos de maior valor; e (iv) reajuste anual de preços.  
Em 2024, a linha teve queda de 18,0% A/A, resultado já esperado e que acompanhou a redução da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel) em meio a um menor tráfego entrante. A receita de Plataforma de Clientes, no ano de 2024, totalizou R\$ 219 milhões, impulsionada também pelas iniciativas de Publicidade Móvel e Monetização de Dados, que apresentaram um crescimento superior a 50% em comparação ao ano anterior.

A linha de Outras Receitas registrou no ano um crescimento de 7,8% A/A, apoiada pelo incremento de novas receitas de B2B 1T e pela expansão, em maior parte do ano, de receitas relacionadas aos contratos de compartilhamento de rede.

**Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções):**  
Em 2024, a Receita de Serviço Fixo subiu 3,1% A/A.  
Em 2024, a Receita da TIM UltraFibra teve alta de 5,4% A/A, explicada pela abordagem mais seletiva da Companhia em relação ao FTTH, focando mais na rentabilidade da operação.

#### 7.2. Custos e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2024	2023	% A/A
<b>RS milhões</b>			
<b>Custos e Despesas da Operação</b>	<b>(12.823)</b>	<b>(12.214)</b>	<b>7,7%</b>
Pessoal	(1.486)	(1.380)	7,7%
Comercialização	(3.899)	(3.896)	0,1%
Rede e Interconexão	(4.508)	(4.035)	11,7%
Gerais e Administrativos	(883)	(896)	-1,5%
Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)	(1.104)	(1.034)	6,6%
Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)	(693)	(640)	8,4%
Outras receitas (despesas) operacionais	(249)	(332)	799,3%

#### 7.3. Dívida e Caixa

##### Perfil da Dívida

DESCRIÇÃO	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
<b>RS milhões</b>						
KFW Finvera	USD	SOFR + 1,17826%	12/25	33	—	33
Debêntures	BRL	IPCA + 4,0432% a.a.	06/28	(1)	1.958	1.956
BNDES Finam	BRL	IPCA + 4,2263% a.a.	11/31	56	329	386
BNES Finam	BRL	TLP + 1,25% a.a.	08/25	76	—	76
BNB	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	02/28	185	400	585
<b>Divida Financeira Total</b>				<b>349</b>	<b>2.687</b>	<b>3.036</b>
Licença (5G)	BRL	Selic	12/40	66	925	991
<b>Divida Total Antes do Lease</b>				<b>415</b>	<b>3.612</b>	<b>4.027</b>
Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M (12,77% a.a.)	10/29	1.596	10.739	12.335
<b>Divida Total</b>				<b>2.011</b>	<b>14.351</b>	<b>16.362</b>

\*Média ponderada da taxa de juros dos contratos de leasing.

##### Divida Líquida

DESCRIÇÃO	4T24	3T24	2T24	1T24
<b>RS milhões</b>				
Divida de Curto Prazo	348	401	379	761
Divida de Longo Prazo	2.687	2.732	2.717	2.487
Divida Financeira Total	3.036	3.133	3.096	3.248
Caixa e Equivalentes de Caixa + TVM	(5.693)	(4.332)	(3.312)	(3.371)
Derivativos Líquidos-ex C6	(156)	(145)	(172)	(65)
<b>Divida Líquida AL</b>	<b>(2.813)</b>	<b>(1.344)</b>	<b>(388)</b>	<b>(188)</b>
Licença (5G)	991	1.029	1.002	978
<b>Divida Líquida AL</b>	<b>(1.822)</b>	<b>(315)</b>	<b>614</b>	<b>790</b>
Lease Total	12.335	12.288	12.240	12.153
<b>Divida Líquida Total</b>	<b>10.513</b>	<b>11.953</b>	<b>12.854</b>	<b>12.943</b>
<b>Divida Líquida AL/EBITDA AL Normalizado*</b>	<b>-0,1</b>			



Por sua sólida atuação em ESG, a TIM integra Índices e ratings nacionais e internacionais, como Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), Índice de Carbono Eficiente (ICOB B3), Índice Brasil ESG (S&P/B3), S&P Global LargeMidCap ESG Indices, Índice GPTW da B3 (IGPTW B3), Índice de Diversidade B3 (DIVERSA B3), Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDP-PR 70), FTSE Russell D&I Index, *FTSE4GOOD Emerging Markets*, *FTSE4GOOD Latin America*, *MSCI ACWI ESG Leaders*, *MSCI Emerging Markets ESG Leaders*, Índice Teva Mulheres na Liderança, *seio Women on Board*, entre outros, além de ser certificada pelas normas ISO 9001 (desde 2000), ISO 14001 (desde 2010), ISO 37001 (desde 2021) e ISO 27001 (desde 2022).

**Temas Materiais**  
Em 2024, a TIM renovou a sua matriz de materialidade à luz de novas tendências, que consideram impactos nas perspectivas financeira e de impacto (socioambiental), a chamada dupla materialidade. A materialidade de impacto envolve questões que têm efeito significativo na economia, no meio ambiente e/ou nas pessoas e na sociedade, causadas pelas atividades e operações da TIM. A materialidade financeira reúne questões ambientais, sociais e/ou de governança, que tenham um efeito significativo sobre o desempenho financeiro da Companhia e sua capacidade de gerar valor. A construção da nova matriz englobou as etapas de mapeamento de stakeholders, análise de contexto, território da materialidade, pesquisa com stakeholders, consolidação, priorização dos temas e validação. A TIM divulgará sua nova matriz de materialidade na publicação do Relatório ESG 2024, disponível em <https://ri.tim.com.br/esg/relatorios-esg/>

**9. Governança Corporativa**  
**9.1. Companhia listada no Novo Mercado há 14 anos e compõe a carteira do ISE há 17 anos consecutivos**

Em 03 de agosto de 2011 a TIM aderiu ao "Novo Mercado", segmento que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa. A adesão para o Novo Mercado resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como Estados Unidos e Europa, potencializam uma maior liquidez e valorização das ações, permitindo um acesso mais amplo aos mercados internacionais, além de promover o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança na Companhia. Adicionalmente, a TIM pertence ao seletivo grupo de empresas que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG) da B3 e, há 17 anos, também, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por empresas que se comprometeram a gerenciar os riscos derivados de desenvolvimentos econômicos, ambientais e sociais, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Prática pela Controladora Geral da União (CGU).

**9.2. Governança Corporativa e TIM**  
A TIM é uma sociedade por ações de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária e supervisionada por um Conselho Fiscal. O Conselho de Administração, por sua vez, é auxiliado por comitês de assessoramento, quais sejam, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Controle e Riscos, o Comitê de Remuneração e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*.

Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, e nos Regimentos Internos de cada órgão social.

Na condição de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atuam, a Companhia e seus administradores devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade. Na condução dos seus negócios pautados, além da ética e da lealdade, pela boa-fé, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios, (ii) promover a lealdade na concorrência, (iii) excelência de competitividade no mercado, (iv) atender ao bem-estar e ao crescimento da comunidade em que opera; (v) aprimorar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

**9.3. Conselho de Administração**  
O Conselho de Administração (CDA) é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 19 (dezenove) membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Em 31 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração era formado por 10 (dez) membros, sendo 4 (quatro) deles independentes. Em 2024, o CDA se reuniu 10 (dez) vezes no exercício de suas funções. Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia. O Conselho se reúne ordinariamente no mínimo 6 (seis) vezes ao ano e no máximo 12 (doze) vezes, e, também, extraordinariamente, mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria Estatutária, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados a participar das reuniões do Conselho não possuem direito de voto.

A Diretoria Estatutária (Diretoria) é o órgão de representação e de administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo ser destituídos pelo mesmo órgão a qualquer tempo. Em 31 de dezembro de 2024, a Diretoria da Companhia era composta por 6 (seis) membros. Em 2023, a Diretoria se reuniu 42 (quarenta e duas) vezes no exercício de suas funções.

**9.4. Conselho Fiscal**  
O Conselho Fiscal (CF) é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, cada qual com um respectivo suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Todos os membros eleitos são profissionais

independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantêm qualquer outro vínculo com a Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o Conselho Fiscal da Companhia era composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. Em 2024, o CF se reuniu 8 (oito) vezes no exercício de suas funções.

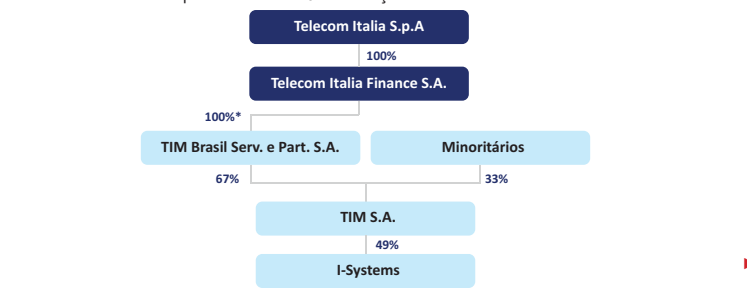
**9.6. Comitê de Auditoria Estatutário**  
O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CAE é composto por 3 (três) membros. O CAE tem por objetivo supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos a gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto internos quanto independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, do outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*, ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na US *Securities and Exchange Commission* – SEC. Em 2024, o CAE se reuniu 17 (dezesete) vezes no exercício de suas funções. Os membros do CAE analisaram as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2024"). Considerando as informações prestadas pela Diretoria Estatutária da Companhia e pela auditoria externa da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, ("EY"), bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2024, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras da Companhia e suas controladas. Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia, para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**9.7. Comitê de Controle e Riscos**  
O Comitê de Controle e Riscos (CCR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outros, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de medidas de controle interno e de gestão de riscos, e o cumprimento de regras de governança. Em 31 de dezembro de 2024, o CCR era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2024, o CCR se reuniu 9 (nove) vezes no exercício de suas funções.

**9.8. Comitê de Remuneração**  
O Comitê de Remuneração (CR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outros, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de propostas de rateio da remuneração global aprovada pela Assembleia Geral, e o critério de remuneração dos Diretores Estatutários e dos altos executivos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o CR era composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) independente. Ao longo de 2024, o CR se reuniu 4 (quatro) vezes no exercício de suas funções.

**9.9. Comitê de Environmental, Social & Governance**  
O Comitê de *Environmental, Social & Governance* (CESG) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui a finalidade de assessorar o CDA no desenvolvimento e implementação da estratégia e dos princípios de *Environmental, Social & Governance*, incluindo, dentre outras atividades, a recomendação das diretrizes e da estratégia da Companhia aplicáveis à gestão de questões ambientais, sociais e de governança. Em 31 de dezembro de 2024, o CESG era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2024, o CESG se reuniu 4 (quatro) vezes no exercício de suas funções.

**9.10. Estrutura Acionária**  
A Companhia encerrou 2024 com capital social no montante de R\$ 13.477.890.507,55, representado por 2.420.804.398 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detém o controle acionário da TIM com aproximadamente 67% das ações.



**9.11. Política de Dividendos**  
Conforme Estatuto Social e a Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2021, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, o quanto equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício social, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital. A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária. A tabela abaixo resume todos os pagamentos, a título de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP") realizados pela TIM S.A. ao longo de 2024:

Data de Aprovação	Data de Pagamento	Data Ex-Direito	Natureza	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
19/03/2024	22/04/2024	25/03/2024	JSCP	R\$ 0,082636124	R\$ 200.000.000
14/06/2024	23/07/2024	24/06/2024	JSCP	R\$ 0,124069241	R\$ 300.000.000
17/09/2024	23/10/2024	24/09/2024	JSCP	R\$ 0,123945910	R\$ 300.000.000
17/12/2024	23/01/2025	24/12/2024	JSCP	R\$ 0,268528123	R\$ 650.000.000
<b>Total</b>					<b>R\$ 1.450.000.000</b>

Desde maio, a TIM declarou um montante total de R\$ 1.450 bilhão de JCP em 2024. Adicionalmente, serão propostos dividendos adicionais complementares referentes ao exercício de 2024, no valor de R\$ 2,05 bilhão, a serem aprovados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

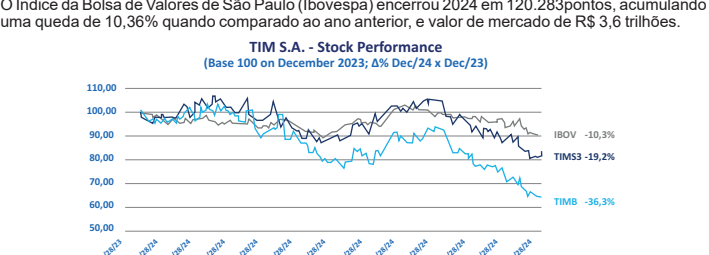
**9.12. Eventos do Exercício e Subsequentes**  
**ENCERRAMENTO DE PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES E APROVAÇÃO DE UM NOVO PROGRAMA**

No dia 30 de julho de 2024, a TIM S.A. informou que seu Conselho de Administração tomou conhecimento sobre o encerramento do Programa de Recomprou de Ações, aprovado anteriormente em reunião do Conselho de Administração da Companhia em 12 de junho de 2022 ("Programa 6"). Durante o período do Programa 6, foram adquiridas 4.672.400 (quatro milhões seiscientos e setenta e duas mil e quatrocentos) ações ordinárias da Companhia a um preço médio de R\$ 16,44, para fazer frente às obrigações decorrentes do Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações e dirigido aos executivos da Companhia. Nesta mesma data, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um novo programa de recompra de ações de sua própria emissão ("Programa 7"). Para maiores detalhes sobre as condições do Programa 7, consulte o Fato Relevante disponibilizado ao mercado em 30 de julho de 2024, disponível na seção de arquivamento do site de RI.

**10. Auditoria Independente**  
Em 2024, a Ernst & Young Auditores Independentes Ltda. prestou serviços de auditoria de nossas demonstrações financeiras e outros serviços não relacionados à auditoria, que estão relacionados à revisão do Relatório de Sustentabilidade da Companhia. Tal revisão não superaram o patamar de 5% do total dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Não entendimento dos auditores externos a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria efetuados. Os auditores independentes possuem processos internos para garantir que estes outros serviços sejam avaliados internamente, bem como pré-aprovados antes da apresentação de qualquer proposta à TIM.

A Companhia destaca ainda que está sujeita a uma política, aprovada pelo Conselho de Administração em 24/09/2021, que disciplina o processo de contratação dos auditores externos bem como de eventuais serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Controladora. Tal documento define ainda, um rol exemplificativo de serviços não relacionados à auditoria cuja contratação é vedada.

**11. Mercado de Capitais**  
As ações ordinárias da TIM S.A. são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) sob o código TIMS3 e as ADRs, *American Depositary Receipts*, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, *New York Stock Exchange* (NYSE), sob o código TIMB. O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2024 em 120.283 pontos, acumulando uma queda de 10,36% quando comparado ao ano anterior, e valor de mercado de R\$ 3,6 trilhões.



A Companhia encerrou 2024 com suas ações ordinárias cotadas a R\$ 14,48 na B3, uma queda de 19,2% A/A, enquanto as ADRs, na NYSE, fecharam ao preço de US\$ 11,76, caindo de 36,3% A/A. Em valor de mercado, a TIM fechou o ano valorado em R\$ 35,0 bilhões ou US\$ 5,6 bilhões.

**Considerações Finais**  
A TIM S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incessantemente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio.

ADM

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Notas	Controladora 2024	2023	Consolidado 2023
Receita líquida	28	25.447.930	23.843.006	23.833.893
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	29	(11.893.115)	(11.739.481)	(11.496.437)
Lucro bruto		13.554.815	12.103.525	12.337.456
Recursos (despesas) operacionais:				
Comercialização	29	(5.908.816)	(5.631.263)	(5.742.642)
Gerais e administrativas	29	(1.796.925)	(1.757.848)	(1.759.453)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(82.526)	64.983	(89.304)
Outras receitas (despesas), líquidas	30	(258.781)	(27.150)	(28.779)
		(8.048.128)	(7.352.178)	(7.620.158)
Lucro antes de receitas e despesas financeiras		5.506.687	4.751.347	4.717.298
Recursos (despesas) financeiras:				
Receitas financeiras	31	861.759	1.219.004	1.239.753
Despesas financeira	32	(2.817.346)	(2.858.036)	(2.765.981)
Variações cambiais, líquidas	33	71.363	(7.057)	(7.057)
		(1.884.224)	(1.646.089)	(1.533.285)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.622.463	3.105.258	3.184.033
Imposto de renda e contribuição social	8.d	(468.582)	(287.836)	(346.611)
Lucro líquido do exercício		3.153.881	2.837.422	2.837.422
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)				
Lucro líquido por ação	34	1,30	1,17	1,17
Lucro básico por ação	34	1,30	1,17	1,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais)**

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	3.153.881	2.837.422	2.837.422
Outros componentes do resultado abrangente			
Item que não será reclassificado para o resultado:			
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	1.558	806	806
Tributos diferidos	(529)	(275)	(275)
Total do resultado abrangente do exercício	3.154.910	2.837.953	2.837.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais)**

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2023
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.622.463	3.105.258	3.184.033
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	29	7.026.035	6.897.402
Resultado de equivalência patrimonial	14	82.526	(64.083)
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		13.887	16.230
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		12.400	33.180
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	276.811	323.018
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos		175.946	257.058
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		749.515	741.382
Juros sobre títulos e valores mobiliários		(181.717)	(83.204)
Juros sobre passivo de arrendamento	32	1.432.764	1.163.284
Juros sobre arrendamentos	31	(28.428)	(28.041)
Ganho aquisição Cozani (via ajuste de preço)	30	-	(303.435)
Provisão para perdas de crédito esperadas	29	693.122	620.667
Planos de incentivo a longo prazo		22.354	(24.291)
		13.897.678	12.654.965

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2023
Receita operacional bruta	36.731.708	33.491.945	33.530.346
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(693.122)	(620.667)	(639.692)
Descontos concedidos, devoluções e outros	(7.269.433)	(6.038.588)	(6.039.345)
	28.769.153	26.832.710	26.851.682
Insuamos adquiridos de terceiros	(4.394.555)	(4.431.498)	(3.968.083)
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(3.689.242)	(3.525.465)	(3.596.819)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.083.797)	(7.956.963)	(7.594.902)
Retenções			
Depreciação e amortização	(7.026.035)	(6.897.402)	(7.117.029)
Valor adicionado líquido produzido	13.659.321	11.978.345	12.169.551
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	(82.526)	64.083	(89.304)
Receitas financeiras	1.166.950	1.413.039	1.433.788
Valor adicionado total a distribuir	1.084.424	1.477.122	1.344.844
Distribuição de valor adicionado	14.743.745	13.455.467	13.514.035
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	821.211	788.411	788.411
Benefícios	278.698	241.951	241.951
F.G.T.S	78.741	76.718	76.718
Outros	81.711	38.653	38.653
	1.240.361	1.145.733	1.145.733
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	2.924.712	2.529.923	2.675.491
Estaduais	1.268.258	2.660.723	2.665.423
Municipais	103.440	1.085.865	1.039.345
	6.014.076	5.196.311	5.346.259
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros	3.058.995	3.054.465	2.962.390
Aluguéis	4.326.353	4.267.845	4.176.465
Outros	9.074	8.156	8.156
Investimento social	9.074	8.156	8.156
Remuneração de Capital Próprio			
Dividendos e JCP	1.450.000	1.600.000	1.600.000
Lucros retidos	1.703.881	1.237.422	1.237.422
	3.153.881	2.837.422	2.837.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
**(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora 2024	2023	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido
<b>Ativo</b>		<b>56.327.311</b>	<b>56.260.156</b>	<b>56.327.311</b>
<b>Circulante</b>		<b>12.662.928</b>	<b>11.404.293</b>	<b>12.662.928</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.258.743	3.077.931	3.258.743
Títulos e valores mobiliários	5	2.434.441	1.938.490	2.434.441
Contas a receber de clientes	6	4.677.935	3.709.766	4.677.935
Estoques	7	293.529	331.783	293.529
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.a	111.376	494.382	111.376
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	8.a	946.103	943.767	946.103
Despesas antecipadas	10	280.851	238.648	280.851
Instrumentos financeiros derivativos	37	379.888	299.539	379.888
Arrendamentos	18	33.717	29.886	33.717
Outros valores a compensar	17	38.033		



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**1. Contexto operacional**

**1.1. Estrutura societária**  
 A TIM S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"), a TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detém 66,59% do capital social da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2024 (66,59% em 31 de dezembro de 2023).

O grupo TIM ("Grupo") é composto pela TIM e por sua coligada I-Systems. A Companhia detém autorização para o Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Adicionalmente, a TIM possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação em português e em inglês, em português e em inglês, em português e em inglês. Em 31 de dezembro de 2024, a TIM detém participação societária de 49% (49% em 31 de dezembro de 2023) na companhia I-Systems (coligada) e detinha 100% em 31 de dezembro de 2022 na empresa Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. ("Cozani") – controlada. Considerando que a incorporação, pela TIM, por meio do Ato n.º 3.535/2023, o qual transferiu as outorgas do SMP a ela associadas, e a sua consequente extinção, para todos os fins e efeitos, na data de 1.º de abril de 2023, consequentemente, a TIM S.A. não possui participação societária na Cozani em 31 de dezembro de 2024.

**1.2. Reorganização Societária**

**1.2.1. Combinação de negócios e incorporação da Cozani**  
 Em 20 de abril de 2022, a TIM, em conjunto com as empresas outras empresas Compradoras (Claro S.A. e Telefônica Brasil S.A.), após o cumprimento dos condicionamentos prévios estabelecidos pelo CADE e pela ANATEL, concluiu a transação de aquisição da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Vendedora", "Cedente" ou "Oi Móvel"). Em função disso, a TIM passou a deter 100% do capital social da Cozani, empresa que corresponde à parte da unidade de ativos, direitos e obrigações da Oi Móvel adquirida pela Companhia.

O total de contraprestação registrada pela aquisição da Cozani foi de R\$ 7.211.585, tendo sido registrado patrimônio líquido da Cozani a valor justo de R\$4.575.159, com a identificação de mais valias de ativos relacionados a radiofrequências, no valor de R\$3.038.951, e carteira de clientes, no valor de R\$253.629, restando um ágio na aquisição de R\$2.636.426, que compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias esperadas decorrentes da aquisição.

O ágio reconhecido representa custos operacionais e alocação eficiente de investimentos. As variações do patrimônio da Cozani entre a data do laudo (31 de dezembro de 2022) e do ato societário de incorporação (1 de abril de 2023), foram incorporadas ao balanço patrimonial da TIM S.A., conforme previsto no protocolo de incorporação. Como resultado da incorporação, todas as operações da Cozani foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito.

Em 31 de dezembro de 2022, dois valores acordados de compra, a Companhia possuía os seguintes acordos de obrigações societárias em aberto:

(i) R\$ 634,3 milhões retido pela TIM, conforme previsto no contrato de compra, principalmente para atender a eventual necessidade de ajustes adicionais de preço a serem realizados, que poderiam ser identificados nos 120 dias posteriores à data de aquisição. O valor se manteve integralmente retido pela Companhia até que em 4 de outubro de 2022, quando foi proferida decisão liminar determinando o depósito em juízo pela TIM o depósito em conta vinculada ao processo de recuperação judicial da Oi Móvel S.A. do valor atualizado até aquela data de R\$ 679 milhões.

(ii) O montante de R\$ 77 milhões retido pelo Cozani em contrato contingente.

No dia 4 de outubro de 2023, o Tribunal da Câmara Arbitral homologou um acordo com relação ao Ajuste Pós-Fechamento, celebrado, de um lado, entre a TIM S.A., a Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A. e de outro, a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, como forma de colocar fim à controversia e ao procedimento arbitral relacionado ao Ajuste Pós-Fechamento. O preço final da parcela da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia, considerando o Ajuste Pós-Fechamento negociado no Acordo (excluindo valores de metas contratuais), foi de R\$ 5,6 bilhões.

Tendo em vista o Preço Final Ajustado TIM, a Companhia resgatou parcela correspondente à metade do valor que havia sido depositado em juízo e posteriormente transferido à Câmara Arbitral (equivalente a aproximadamente R\$ 317 milhões na data do fechamento, atualizado pela variação de 100% do CDI até o depósito em juízo e acrescido, ainda, de juros e/ou correção monetária, incidentes até a data do respectivo resgate), e o valor remanescente foi resgatado pela Vendedora como parte do preço de compra da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia.

Principalmente por ainda se tratar de uma dívida contratual na data de conclusão da alocação do preço de compra da aquisição da Cozani, a redução na contraprestação, correspondente à metade do valor depositado em juízo, foi registrada no resultado do exercício na data da homologação do acordo (outubro de 2023), na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

Após tal acordo, a Companhia encontra-se livre de quaisquer obrigações citadas nos itens (i) e (ii).

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como normas contábeis IFRS.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07 - Evidência na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

**a. Critérios gerais de elaboração e divulgação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados ao valor justo.

Em decorrência da incorporação da Cozani pela TIM S.A., ocorrida em 1.º de abril de 2023 (vide nota 1), todas as operações da Cozani foram transferidas para a TIM S.A. Com isso, a partir desta data, não há mais balanços consolidados, sendo apresentadas apenas as informações consolidadas de resultado e operações até o final do exercício de 2023.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no não circulante.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$3.153.681. O passivo circulante da Companhia possui o total do ativo circulante em R\$164.319. A Companhia vem recuperando sua posição de capital de giro através do fluxo de caixa operacional. Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia é positivo em R\$26.404.636.

Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia efetuou análises onde confirma que o caixa gerado pelas operações até 31 de dezembro de 2024 é positivo em R\$ 12,5 bilhões e, portanto, não existem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Os juros pagos de empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos do obtenção de recursos financeiros.

**b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua coligada.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atribuídas a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

**c. Informações por segmentos**

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revisitos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas na TIM S.A. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam atividades específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

**d. Procedimentos de consolidação**

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposta ao lem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade em a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminadas. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

**e. Combinação de negócios e ágio**

Combinções de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

É utilizado o método de aquisição (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação não controladora. O excedente da contraprestação transferida, que ultrapassa o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se a contraprestação transferida for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como ganho por compra vantajosa após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

**f. Aprovação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de fevereiro de 2025.

**g. Novas exceções temporárias e interpretações de normas**

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

**Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12**

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

Em observância aos parágrafos 88C e 88D do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia informa que está avaliando os possíveis impactos decorrentes da legislação do Pilar Dois, iniciativa global da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE"). Essa legislação estabelece uma tributação mínima para grandes grupos empresariais que se enquadram dentro do escopo dessas regras, os quais devem calcular sua alíquota efetiva em cada país onde operam. No contexto dessa regulamentação, essa alíquota é denominada "GloBE Effective Tax Rate" ou alíquota efetiva GLoBE. Caso a alíquota efetiva GLoBE de alguma entidade do grupo econômico, considerada por jurisdição onde o grupo atua, seja inferior à alíquota mínima de 15%, a multinacional será obrigada a pagar um tributo adicional sobre o lucro, referente à diferença entre sua alíquota efetiva GLoBE e a alíquota mínima estabelecida.

A referida norma foi inicialmente apresentada pela Medida Provisória nº 1.262 de 03 de outubro de 2024 (extinta) e pelo CPC 28 (R1) – Apresentação de demonstrações contábeis, nas quais se especificam os requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. As mencionadas regras passaram a ser aplicáveis ao nosso grupo a partir de 2025, dado que as entidades que o constituem auferiram receitas superiores de € 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de euros) nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Entidade Investidora Final nos últimos 4 (quatro) anos fiscais. A Companhia está realizando estudos para verificar possíveis impactos da aplicação do Pilar Dois, dado que nossas análises estão em andamento, quaisquer impactos serão refletidos nas próximas demonstrações financeiras.

**Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback**

(**Transação de venda e retroarrendamento**)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantum do ganho ou perda que se relaciona com o contrato de venda e arrendamento.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

A Companhia não identificou impacto significativo nas demonstrações financeiras.

**Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante**

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 28 (R1) – Apresentação de demonstrações contábeis), nas quais se especificam os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- Que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações Financeiras Consolidadas) para especificar os requisitos de divulgação de acordos de financiamento para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia não identificou alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

**Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7**

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações Financeiras Consolidadas) para especificar os requisitos de divulgação de acordos de financiamento para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para exercícios de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

Como resultado da implementação das alterações, a Companhia forneceu divulgações adicionais sobre seu acordo de financiamento de fornecedores. Vide nota 19.

**As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Companhia pretende adotar essas normas em interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.**

**IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis**

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de demonstrações contábeis). O IFRS 18 introduz requisitos para evidenciar dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas no IFRS 1 (Instrumentos financeiros: evidencição) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2026.

**IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, apresentação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas para a divulgação de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1.º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

**Alteração IFRS 9 – Divulgação de informações quantitativas para termos contratuais**

Em maio de 2024, o IASB emitiu emendas à IFRS 9 relacionadas a ativos financeiros, estabelecendo que as entidades devem divulgar informações quantitativas, como uma faixa de possíveis alterações nos fluxos de caixa contratuais. Isso significa que as entidades precisam fornecer tanto informações qualitativas quanto quantitativas sobre os termos contratuais que possam impactar o valor desses fluxos de caixa. Por exemplo, devem ser divulgadas as possíveis variações nas taxas de juros contratuais decorrentes de eventos contingentes associados a metas ESG (ambiental, social e governança).

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2026.

A Companhia está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma.

**IAS 21 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis**

Em março de 2024, o IASB, emitiu emenda referente ao *Lack of Exchangeability*, que busca definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1.º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

**CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto**

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alterou o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. O CPC 18 passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Separadas, seguindo mudanças nas normas internacionais. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, apenas ajustes retacionais e normativos.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1.º de janeiro de 2025.

**3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, com base na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

**(a) Provisão para processos judiciais e administrativos tributários**

Os processos judiciais e administrativos tributários são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

**(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalente de caixa são ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou mensurados ao valor justo pelo meio do resultado, respectivamente.

	Controladora	
	2024	2023
Caixa e bancos	81.177	37.029
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:		
CDB/Comprormissadas	3.177.566	3.040.902
	3.258.743	3.077.931

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, o que lhes confere alta liquidez, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Bancário (CDI), não possui risco de perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média das aplicações em 2024, referente aos CDB's é de 101,09% a.a. (101,88% em 31 de dezembro de 2023), da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

**5. Títulos e valores mobiliários**

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	Controladora	
	2024	2023
FUNCIINE (i)	15.241	12.949
Fundo Soberano (ii)	2.404	1.840
FIC: (iii)		
Títulos Públicos (iv)	1.716.706	1.203.968
CDB's	18.897	47.464
Letra Financeira (v)	394.543	303.131
Outros (vi)	302.091	402.087
	2.449.682	1.971.439
	(2.434.441)	(1.958.940)
Parcela circulante	15.241	12.949

(i) Desde 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCIINE). A remuneração média em 2024 foi de 1,47% a.a. (0,05% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2024 foi de 99,20% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,37% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

(iii) A Companhia investe em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras majoritariamente AAA (mais alta qualidade). A remuneração média em 2024 dos FIC's foi de 105,14% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (102,18% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

(iv) Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(v) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.

(vi) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

(vii) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

**6. Contas a receber de clientes**

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários de serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled"). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperadas ("impairment").

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, sendo a taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,58% a.m. (0,58% a.m. em 31 de dezembro de 2023).

Os saldos de contas a receber são apresentados em valores líquidos, considerando a provisão para perdas de créditos esperadas, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	Controladora	
	2024	2023
Contas a receber bruta	4.815.750	3.908.773



(iii) Desde o 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R\$ 990 milhões até 31 de dezembro de 2024 (R\$ 891 milhões até 31 de dezembro de 2023).

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o ajuste a valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda da Fiber Co (atualmente I-Systems), ocorrida em novembro de 2021, da TIM S.A. para a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda (vide nota 14).

(v) Representa o diferido constituído referente ao *impairment* de ativos tangíveis reconhecido pela Cozani antes de sua aquisição em abril/2022.

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 189 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 105 milhões em 31 de dezembro de 2023).

**8.d. Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Imposto de renda e contribuição social correntes			
Imposto de renda do exercício	(426.340)	(248.534)	(248.792)
Contribuição social do exercício	(200.270)	(67.093)	(67.190)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	333.359	235.753	235.753
	(293.251)	(79.876)	(80.229)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			
Imposto de renda diferido	(159.994)	(123.045)	(180.709)
Contribuição social diferida	(15.337)	(64.915)	(85.673)
	(175.331)	(187.960)	(266.382)
	(468.582)	(267.836)	(346.611)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.622.463	3.105.258	3.184.033
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.231.637)	(1.055.788)	(1.082.571)
(Adições) / exclusões:			
Resultado de equivalência patrimonial	(28.059)	21.788	(30.364)
Receitas não tributáveis	12.848	16.573	16.573
Despesas não dedutíveis	(60.670)	(25.069)	(25.069)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	333.359	235.753	235.753
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	493.000	544.000	544.000
Outros valores	12.577	(5.093)	(4.933)
	763.055	787.952	735.960
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	(468.582)	(267.836)	(346.611)
Alíquota efetiva	12,94%	8,63%	10,89%

(i) Conforme mencionado na nota 26 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A Companhia possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

**9. Impostos, taxas e contribuições a recuperar**

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.853.456	1.818.306	1.818.306
ICMS (i)	1.235.119	1.372.681	1.372.681
PIS / COFINS (ii)	330.019	164.508	164.508
IRRF sobre aplicações financeiras	93.008	81.445	81.445
Outros	(95.310)	(199.677)	(199.677)
Parcela circulante	(948.103)	(943.767)	(943.767)
Parcela não circulante	907.353	874.539	874.539

(i) Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

- (a) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses);
- (b) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM;
- (c) o saldo atual é majoritariamente composto por créditos gerados no regime de tributação não cumulativo.

**10. Despesas antecipadas**

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Despesas Antecipadas	562.141	377.405	377.405
Propagandas não veiculadas (i)	20.331	13.047	13.047
Aluguéis e seguros	83.603	69.759	69.759
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (ii)	188.269	190.663	190.663
Serviços de TI	10.783	16.053	16.053
Despesas antecipadas contratuais (iii)	251.161	75.464	75.464
Outros	4.972	4.119	4.119
Parcela circulante	(280.851)	(238.468)	(238.468)
Parcela não circulante	281.290	138.937	138.937

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(ii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15 - CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

(iii) Representam os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato.

**11. Depósitos judiciais**

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Depósitos judiciais	677.530	689.739	689.739
Cível	290.580	286.430	286.430
Trabalhista	54.954	68.202	68.202
Tributário	239.093	220.842	220.842
Regulatório	416	115	115
Penhora Online (i)	92.787	114.960	114.960

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

(ii) Trata-se de valores depositados em Juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvimento de direito do consumidor, dentre outros. Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em Juízo em discussão é de R\$ 88.147 (R\$ 83.438 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) Trabalhista

Trata-se de valores depositados em Juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

(iv) Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais no valor total atualizado estimado de 239.093 (R\$ 220.842 em 31 de dezembro de 2023), relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo em instalações comerciais, mediante o uso de direito de desconto de depósitos referentes a essa discussão e de R\$ 40.533 (R\$ 38.650 em 31 de dezembro de 2023);
- (b) Incidência da CNPF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; recompimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 5.982 (R\$ 5.668 em 31 de dezembro de 2023);
- (c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 28.339 (R\$ 24.048 em 31 de dezembro de 2023);
- (d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 12.699 (R\$ 12.177 em 31 de dezembro de 2023);
- (e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros (exposta falta de recolhimento relativamente à prestação de serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base) ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas discionárias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 12.974 (R\$ 12.191 em 31 de dezembro de 2023);
- (f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.903 (R\$ 3.775 em 31 de dezembro de 2023);
- (g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 4.123 (R\$ 3.960 em 31 de dezembro de 2023);
- (h) Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em suas bases de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e ELD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 71.237 (R\$ 67.911 em 31 de dezembro de 2023);
- (i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodatado, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 30.039 (R\$ 26.213 em 31 de dezembro de 2023);
- (j) Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 15.461 (R\$ 15.759 em 31 de dezembro de 2023).

**12. Outros ativos financeiros**

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Outros ativos financeiros	550.669	216.721	216.721
Subscrição bônus Banco C6 (i)	162.958	162.958	162.958
Fundo SG (ii)	212.394	53.763	53.763
Bônus de subscrição (iii)	175.317	-	-
Parcela não circulante	550.669	216.721	216.721

São reconhecidos pelo seu valor justo na data de aquisição ou emissão. Tais ativos e passivos financeiros, subsequentemente, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidas no resultado quando incorridos, na linha de resultado financeiro.

(i) Em 23 de março de 2020, a TIM S.A. e o BANCO C6 S.A., concluíram as negociações relativas a uma parceria estratégica com o objetivo de desenvolver ofertas combinadas com benefícios especiais para as bases de clientes dos Parceiros.

Em julho de 2020, foi lançada a primeira oferta em parceria com o Banco C6, com condições especiais para clientes TIM que sejam também clientes C6. A parceria de caráter inovador oferece grande potencial de geração de valor para ambas as empresas por meio do crescimento da base de usuários e maior fidelização de seus clientes.

No dia 1º de fevereiro de 2021, a TIM comunicou que obteve, no âmbito desta parceria, o direito ao exercício de bônus de subscrição equivalente a participação indireta de aproximadamente 1,44% do capital social do Banco C6, em decorrência do atingimento em dezembro de 2020, do 1º nível das metas acordadas. Posteriormente, a Companhia exerceu sua opção de adquirir e converter ações do C6, o que representa aproximadamente 1,44% do Banco e totaliza R\$162.958. Importante destacar que uma vez exercida a opção, a TIM passou a exercer uma posição minoritária e sem posição de controle ou de influência significativa na administração do C6.

(ii) A Companhia possui investido aproximadamente R\$ 212 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 54 milhões em 2023) no Fundo de investimentos focado em soluções 5G "Upload Ventures Growth" ("Fundo SG").

Deste montante total, vale destacar que em 30 de abril e 23 de setembro de 2024, a Companhia realizou aportes de aproximadamente R\$ 77 milhões e R\$ 54 milhões, respectivamente, no Fundo SG, reforçando seu compromisso em impulsionar o desenvolvimento de soluções baseadas em tecnologia 5G. Conforme requerimentos do IFRS 9 / CPC 48, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo e a Companhia deve divulgar a classificação de nível de cada instrumento financeiro. Para detalhes destas informações vide nota 37 no trecho sobre Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

(iii) Em abril de 2022 a Companhia entrou em uma parceria junto a EXA Serviços de Tecnologia (EXA) para fornecimento de serviços digitais e entretenimento para a base clientes da TIM. Essa parceria previa também pagamentos de comissão pela EXA a TIM em função dos clientes da TIM adquirirem serviços dessa parceria assim como o direito da TIM em subscrever ações mediante o pagamento de uma contraprestação.

Ao final de 2024 o contrato com novos termos da parceria foi finalizado e a TIM adquiriu o direito de subscrever 27% das ações da EXA através de uma contraprestação de R\$ 174 milhões. O valor do ativo financeiro foi registrado a valor justo por R\$ 175 milhões e representa 27% do valor justo do direito a participação da TIM na EXA. Esse direito deve ser exercido nos próximos 24 meses, após a realização de condições de exercício e aprovação societária.

**13. Outros ativos**

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Outros ativos	238.218	284.902	284.902
Adiantamento a empregados	3.819	7.033	7.033
Adiantamentos a fornecedores	48.008	66.018	66.018
Valores a receber TIM Brasil (nota 35)	23.260	22.803	22.803
Valores a receber projetos incentivados	27.391	43.138	43.138
Taxas e contribuições trabalhistas a compensar	80.610	83.981	83.981
Outros (i)	55.130	61.929	61.929
Parcela circulante	(208.313)	(239.318)	(239.318)
Parcela não circulante	29.905	45.584	45.584

(i) Parte substancial relacionada a: (a) outros adiantamentos no montante R\$ 8.267 (R\$ 16.960 em 31 de dezembro 2023); (b) valores de reembolso de benefícios a empregados, no montante de R\$ 19.255 (R\$ 14.344 em 31 de dezembro 2023).

**14. Investimento**

A participação societária em coligada ou controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

**Cozani**

Conforme mencionado na nota 1.2, em 20 de abril de 2022, a TIM S.A., (em conjunto com as outras Compradoras Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.), após cumprir as condições precedentes estabelecidas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da ANATEL, concluiu o processo de aquisição dos ativos móveis da Oi Móvel S/A – Em Recuperação Judicial.

Com a conclusão da Operação, a TIM S.A. passou a deter 100% do capital social da Cozani, empresa que corresponde a parte da unidade de bens, direitos e obrigações da Oi Móvel adquirida pela Companhia. Em 1º de abril de 2023, a TIM S.A. incorporou a Cozani, portanto, para todos os efeitos, esta foi extinta e, para todos os fins e efeitos, consequentemente, a TIM S.A. não possui participação societária na Cozani em 31 de dezembro de 2024 ou 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Investimento no capital total	2.134.912	2.053.953	2.053.953
Ativo			
Ativo circulante e não circulante	388.082	352.134	352.134
Ativo tangível e intangível	1.746.830	1.701.819	1.701.819
Passivo e Patrimônio Líquido	2.134.912	2.053.953	2.053.953
Passivo circulante e não circulante	755.882	668.712	668.712
Patrimônio líquido	1.379.030	1.385.241	1.385.241
Participação proporcional na Companhia	-	49%	49%
Ajuste a valor justo	733.757	737.757	737.757
Custo do investimento	634.529	717.055	717.055
Valor justo do investimento (nota 14.b)	1.368.286	1.450.812	1.450.812

Prejuízo líquido do exercício

Participação na Companhia

Participação da Companhia nos resultados da coligada

a) Participação em empresas controlada e coligada

	Coligadas		Controlada		Total
	2024	2023	31/03/23	2024	
Quantidade de ações total	1.794.287.995	1.794.287.995	-	-	-
Participação no capital total	-	-	153.387	135.387	153.387
Prejuízo do período/exercício	(167.145)	(182.254)	-	-	(349.399)
Resultado de equivalência patrimonial (i)	(82.526)	(89.304)	153.387	(82.526)	64.083
Amortização da mais valia	-	-	(53.781)	-	(53.781)
Valor do investimento	1.368.286	1.450.812	1.368.286	1.450.812	1.450.812

(i) Os resultados da Cozani apresentam a movimentação a partir da data de aquisição. A data de aquisição e transferência de controle foi 20 de abril de 2022 e os resultados da controlada Cozani foram consolidados a partir de 30 de abril de 2022, por ser a informação financeira disponível mais próxima entre a data de transferência do controle. A Administração concluiu que os impactos dos resultados gerados antes a data de aquisição e início da consolidação são imateriais. Em 1º de abril de 2023 a Cozani foi incorporada pela TIM S.A., portanto não havendo mais empresa controlada pela TIM S.A.

**15. Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresenta nenhum outro indicativo de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida, o passivo "provisão para desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

-Movimentação do imobilizado

	Controladora		Transfe-	Saldo em 2024
	Saldo em 2023	Adições	rências	
<b>Total do Custo do Imobilizado Bruto</b>	70.343.331	5.978.275	(589.563)	75.732.043
Equipamentos de comunicação / transmissão	38.274.244	-	(97.312)	38.176.932
Cabos de fibra ótica	786.762	-	5.221	791.983
Aparelhos em comodato	4.082.742	842	(15.341)	4.068.243
Infraestrutura	7.737.385	-	(18.007)	7.719.378
Bens de informática	1.803.932	-	(4.220)	1.799.712
Bens de uso geral	1.004.301	-	(2.382)	1.001.919
Direito de uso em arrendamentos	15.973.178	2.506.600	(451.666)	18.028.112
Terenos	38.588	-	(504)	38.084
Obras em andamento	642.349	3.470.833	(131)	645.586
<b>Total Depreciação Acumulada</b>	(47.931.516)	(124.165)	(3.472.465)	(51.528.146)

	Controladora		Transfe-	Saldo em 2024
	Saldo em 2023	Adições	rências	
Equipamentos de comunicação / transmissão	(28.413.977)	(2.639.864)	91.290	(30.982.551)
Cabos de fibra ótica	(644.978)	(60.165)	-	(705.143)
Aparelhos em comodato	(3.761.002)	(206.398)	10.736	(3.956.664)
Infraestrutura	(5.325.647)	(350.734)	16.354	(5.660.027)
Bens de informática	(1.715.818)	(36.981)	4.112	(1.747.687)
Bens de uso geral	(755.529)	(49.736)	1.673	(803.591)
Direito de uso em arrendamentos	(7.314.566)	(1.765.486)	-	(9.080.052)
<b>Total Imobilizado Líquido</b>	22.411.815	868.911	(485.398)	22.815.328

	Controladora		Transfe-	Saldo em 2024
	Saldo em 2023	Adições	rências	
Equipamentos de comunicação / transmissão	9.860.267	(2.639.864)	(6.022)	3.020.234
Cabos de fibra ótica	141.784	(60.165)	5.221	86.840
Aparelhos em comodato	321.740	(205.556)	(4.605)	117.579
Infraestrutura	2.411.738	(350.734)	(1.653)	2.060.350
Bens de informática	87.964	(36.981)	(108)	50.875
Bens de uso geral	246.773	(49.736)	(709)	196.328
Direito de uso em arrendamentos	8.658.932	7		



	Consolidado					
	Saldo em 2022	Adições/Amortização	Baixas	Transfe-rências	Juros capi-talizados	Saldo em 2023
<b>Total Custo do Intangível Bruto</b>	<b>45.179.892</b>	<b>1.038.989</b>	<b>(777)</b>	<b>-</b>	<b>95.678</b>	<b>46.313.582</b>
Direito de uso de softwares	21.979.251	-	(193)	1.188.788	-	23.167.846
Autorizações	15.839.784	40.868	-	2.913.587	-	18.794.239
Agio	3.112.169	-	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura -						
LT Amazonas	201.778	-	-	5.811	-	207.589
Outros ativos	819.207	-	(584)	9.250	-	827.873
Ativos intangíveis em desenvolvimento	3.227.503	998.121	-	(4.117.436)	95.678	203.866
<b>Total Amortização Acumulada</b>	<b>(28.763.144)</b>	<b>(1.925.773)</b>	<b>376</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(30.688.541)</b>
Direito de uso de softwares	(19.922.202)	(978.289)	193	114.590	-	(20.785.708)
Autorizações	(8.403.807)	(816.538)	-	(157.562)	-	(9.377.907)
Direito de uso de infraestrutura -						
LT Amazonas	(86.488)	(10.696)	-	-	-	(97.174)
Outros ativos	(350.671)	(120.260)	183	42.972	-	(427.752)
<b>Total Intangível Líquido</b>	<b>16.416.548</b>	<b>(886.784)</b>	<b>(401)</b>	<b>-</b>	<b>95.678</b>	<b>15.625.441</b>
Direito de uso de softwares (c)	2.057.049	(978.289)	-	1.303.378	-	2.382.138
Autorizações (f)	7.435.977	(775.670)	-	2.756.025	-	9.416.332
Agio (d)	3.112.169	-	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura -						
LT Amazonas (e)	115.290	(10.886)	-	5.811	-	110.415
Outros ativos	468.560	(120.260)	(401)	52.222	-	400.121
Ativos intangíveis em desenvolvimento	3.227.503	998.121	-	(4.117.436)	95.678	203.866

Os ativos intangíveis em desenvolvimento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de softwares	20
Autorizações	5 a 25 até 5
Direito de uso de infraestrutura	até 10
Outros ativos	13,04
Lista de Cliente Cozani	5,66
Mais varias autorizações Cozani	
(c) Direito de uso de software	

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados

A Companhia possui os seguintes ágios fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	2024	2023
<b>Ágios registrados</b>	<b>3.112.169</b>	<b>3.112.169</b>
Aquisição da Cozani	2.636.426	2.636.426
Aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ	108.172	108.172
Aquisição da "Intelig" pela TIM Participações	210.015	210.015
Aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste	157.556	157.556

Conforme descrito na nota 1.2.1, em abril/22 a Companhia adquiriu 100% da empresa Cozani tendo uma contraprestação paga total de R\$7.211.585 e ativos identificáveis, líquidos de passivos assumidos a valor justo de R\$4.575.159. Portanto, tendo um montante remanescente de ágio no valor R\$2.636.426, o qual consta registrado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Na nota 2, a Companhia descreve a prática contábil adotada em combinações de negócios, em que inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de perdas do valor recuperável, se houver. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado na unidade geradora de caixa que se espera ser beneficiada pela combinação de negócios.

**Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ** – A TIM Celular S.A. (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A.) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$ 1.159.649.

Em novembro de 2021, a Companhia concluiu o drop-down de ativos líquidos relacionados ao negócio de banda larga a residência relativas à infraestrutura de rede secundária para a controlada integral FiberCo e realizou a alienação de 51% de participação societária da FiberCo, atualmente denominada I-Systems, em favor da IHS. Neste momento, em função do closing da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de R\$1.051.477 do ágio registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. Consequentemente, o ágio registrado na TIM S.A. foi reduzido para R\$108.172, sendo este o saldo registrado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A., a Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o teste de impairment foi realizado comparando o valor contábil (carrying amount) com o valor justo menos os potenciais custos de venda do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01 / IFRS 13 / CPC 46.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo Nível 1 e o carrying amount da unidade geradora.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

Em 31 de dezembro de 2024, a mensuração foi feita com base no valor da ação Companhia na data de fechamento do balanço e foram realizadas também a mensuração em valor justo líquido e carrying amount. Identificado nenhum indicativo de impairment, sendo o valor justo apurado superior ao carrying amount.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou a análise para todos os ativos tangíveis, ativos intangíveis e investimento e não identificou quaisquer indicadores de impairment.

(e) Direito de uso de infraestrutura – LT Amazonas  
A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo IFRIC 4 / CPC 29 e foram realizados também em valor justo líquido e carrying amount.

Adicionalmente a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais.

(f) Autorizações  
Licença 4G  
Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz aduária, que totalizam R\$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente (“AVP”). A licença acima mencionada enquadrou-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 e 2019.

Licença 5G  
No quarto trimestre de 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração (“5G”), visto que a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de atualização pela taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização de estas radiofrequências gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R\$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descrita) no valor de R\$2.680 milhões.

Para o cumprimento das obrigações adicionais, houve a constituição de entidades administradoras, as quais cumpriram com os compromissos previstos no Leilão. As empresas vencedoras do Leilão desembolsaram os valores previstos em edital para que tais entidades cumprissem com as obrigações definidas. Tais obrigações eram previstas para a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa (“EAF”), e para a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (“EACE”).

Na data da assinatura dos termos, em dezembro de 2021, as radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontravam-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro no ano de 2021 em “Autorizações” dos valores relativos às licenças (R\$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, cumpridas por meio da EACE (R\$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R\$633 milhões), ocorreram em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tiveram correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente (“AVP”) no reconhecimento inicial (R\$53 milhões).

Já a radiofrequência 3,5GHz não estava prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, foi registrada em bens em andamento (RS270 milhões). Desta forma, as obrigações realizadas pela EAF (R\$2.104 milhões) também foram registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, foram corrigidos pelo IGP-DI até as datas de desembolso. Estes desembolsos ocorreram em 2 parcelas no ano de 2022 (R\$ 1.090 milhões em fevereiro e R\$1.133 milhões em maio) à EAF.

Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadrou-se a radiofrequência de 3,5GHz. No segundo trimestre de 2024, o ativo foi considerado disponível para uso pela Companhia, cessando tal capitalização. Assim, foi realizada a transferência de bens em andamento para linha de autorizações. A Companhia registrou no ativo intangível o montante de R\$95 milhões referente a juros calculados tendo como base a taxa Selic em 2023, incorridos sobre a radiofrequência 3,5GHz e não capitalizou a correção monetária dos valores devidos à EAF em 2023 devido a não haver mais saldo a desembolsar com esta entidade.

O efeito total no ativo intangível da Companhia em 31 de dezembro de 2024 referente às radiofrequências 5G e obrigações relacionadas é de R\$4.053 milhões (R\$3.930 milhões em 31 de dezembro de 2023), sendo que não há mais saldos de bens em andamento referente às licenças 5G desde o ano de 2023.

► **17. Outros valores a compensar**  
Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Anatel. Em 31 de dezembro de 2024, esse crédito é de R\$ 38.033 (R\$ 80.963 em 31 de dezembro de 2023).

► **18. Arrendamentos**  
No momento de celebração de contrato, a Companhia avalia se os contratos firmados são (ou contém) arrendamento. O contrato é (ou contém) um arrendamento se transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado (direito de uso) e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

	Controladora	
	2024	2023
LT Amazonas (i)	174.014	177.569
Subleasing “lojas revendas” – IFRS16 (ii)	66.373	58.772
	240.387	236.341
Parcela circulante	(33.717)	(29.886)
Parcela não circulante	206.670	206.455

	Subleasing “lojas revendas” – IFRS16		
	LT Amazonas	revendas” – IFRS16	Total
Valores nominais	279.107	81.540	360.647
2025	32.581	27.854	60.435
2026	32.249	21.798	54.047
2027	22.249	15.822	47.831
2028	32.249	11.405	43.654
2029	32.249	4.758	37.007
2030 em diante	117.530	143	117.673
Valor presente	174.014	66.373	240.387

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas em 2013, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(i) **Subleasing Lojas** – IFRS16  
A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, Arrendamentos – Lojas & Quiosques e Imóveis Arrendamentos – Terrenos (Rede) aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de “lojas revenda”. O impacto no passivo de arrendamento está refletido no grupo “Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis”. O valor de receita de subleasing da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 62.109 (R\$67.021 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) **Passivo**  
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede Arrendamentos – Lojas & Quiosques e Imóveis Arrendamentos – Terrenos (Rede) Arrendamentos – Fibra Sub-total arrendamentos IFRS16 / CPC 06 (R2) Total

	Controladora	
	2024	2023
LT Amazonas (i)	324.162	327.820
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.606.644	1.679.221
Outros (iii)	124.451	147.051
Subtotal	2.055.247	2.154.092
Outros arrendamentos: (iv)		
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede	5.491.602	5.476.509
Arrendamentos – Lojas & Quiosques e Imóveis	1.382.093	958.981
Arrendamentos – Terrenos (Rede)	2.417.834	2.793.441
Arrendamentos – Fibra	1.278.180	873.752
Sub-total arrendamentos IFRS16 / CPC 06 (R2)	10.520.599	10.102.683
Total	12.575.846	12.256.775
Parcela circulante	(1.629.698)	(1.808.740)
Parcela não circulante	10.946.148	10.448.035

O montante de juros pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) foi de R\$ 1.75.350 (R\$ 1.122.523 em 2023). Em 2024, foi pago o montante de R\$ 287 milhões (R\$ 238 milhões em 2023), referentes a multas aplicadas, relacionadas ao processo de descomissionamento de sites. A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 37.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Controladora	
	2024	2023
Valores nominais	542.937	3.075.652
2025	74.511	297.546
2026	61.254	288.333
2027	61.254	288.333
2028	61.254	288.333
2029	61.254	288.333
2030 em diante	223.410	1.624.774
Valor presente	324.152	1.606.644

Em 2013, a Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil (“LT Amazonas”). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

(i) **Venda e leaseback das Torres**  
A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. (“ATC”) em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por valores de R\$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (Master Lease Agreement – “MLA”) de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade “sale and leaseback” que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (greenfield ou rooftop). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes. No total foram transferidas 5.873 torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. Aferida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247.

Termos de Autorização	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Data de Expiração	Frequências adicionais				
			1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz	2500 MHz e 2100 MHz	2500 MHz (Banda P1 (4G))
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Março, 2031	2032	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	Outubro, 2027	
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2031	2032	Dezembro/2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2031	2032	Interior - Dezembro, 2032	2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	
São Paulo	Março, 2031	2032	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Novembro, 2028 (800MHz); Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		
Santa Catarina	1800MHz – Novembro/2028 800MHz – Dezembro/2032	Dezembro, 2032	2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	1800MHz – Dezembro/2032 800MHz – Novembro/2028	-	-	Abril, 2038	Outubro, 2027		
Pernambuco	1800MHz – Dezembro/2032 800MHz – Novembro/2028	-	-	Abril, 2038	Outubro, 2027		
Ceará	1800MHz – Dezembro/2032 800MHz – Novembro/2028	-	-	Abril, 2038	Outubro, 2027		
Paraíba	1800MHz – Dezembro/2032 800MHz – Novembro/2028	-	-	Abril, 2038	Outubro, 2027		
Rio Grande do Norte	1800MHz – Dezembro/2032	-	-	Abril, 2038	Outubro, 2027		
Alagoas	Dezembro, 2023 800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro/2032	-	-	Abril, 2038	Outubro, 2027		
Piauí	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro/2032	-	-	Abril, 2038	Outubro, 2027		
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro/2032	Dezembro, 2032	2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		
Bahia e Sergipe	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro/2032	-	-	Abril, 2038	Outubro, 2027		

► **21. Empréstimos e financiamentos**  
São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

	Controladora				
	2024	2023			
<b>Descrição</b>	<b>Moeda</b>	<b>Encargos</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
KFW Fininvest <sup>2</sup> (ii)	USD	SOFRA + 1,17826% a.a.			



▶ 23. Receitas diferidas

	2024	2023
<b>Receitas diferidas</b>	<b>839.867</b>	<b>901.002</b>
Serviços a prestar pré-pago (i)	172.824	187.540
Receitas antecipadas	35.510	39.138
Receitas diferidas sobre venda de torres (ii)	572.540	626.636
Passivo contratual (iii)	58.993	47.688
Parcela circulante	(280.442)	(273.401)
Parcela não circulante	859.445	621.801

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.  
 (ii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 18).  
 (iii) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.  
 Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, apresentados abaixo:

	2024	2023
Contas a receber incluídas em contas a receber de clientes	2.752.504	2.344.726
Ativo contratual (nota 6)	24.027	19.957
Passivo contratual	(58.993)	(47.688)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.  
 Resumo das principais variações no exercício:

	2025	2026
Ativo (passivo) contratual	(23.812)	(11.154)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

▶ 24. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.  
 As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.  
 A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2024	2023
<b>Ativo (passivo) contratual</b>	<b>(27.731)</b>	<b>(21.233)</b>
Adições	13.998	13.998
Baixas	(34.966)	(34.966)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2025	2026
Ativo (passivo) contratual	(23.812)	(11.154)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.  
 As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.  
 A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2024	2023
<b>Ativo (passivo) contratual</b>	<b>(27.731)</b>	<b>(21.233)</b>
Adições	13.998	13.998
Baixas	(34.966)	(34.966)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2025	2026
Ativo (passivo) contratual	(23.812)	(11.154)

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.  
 As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.  
 A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2024	2023
<b>Ativo (passivo) contratual</b>	<b>(27.731)</b>	<b>(21.233)</b>
Adições	13.998	13.998
Baixas	(34.966)	(34.966)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2025	2026
Ativo (passivo) contratual	(23.812)	(11.154)

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.  
 As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.  
 A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2024	2023
<b>Ativo (passivo) contratual</b>	<b>(27.731)</b>	<b>(21.233)</b>
Adições	13.998	13.998
Baixas	(34.966)	(34.966)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2025	2026
Ativo (passivo) contratual	(23.812)	(11.154)

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.  
 As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.  
 A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2024	2023
<b>Ativo (passivo) contratual</b>	<b>(27.731)</b>	<b>(21.233)</b>
Adições	13.998	13.998
Baixas	(34.966)	(34.966)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2025	2026
Ativo (passivo) contratual	(23.812)	(11.154)

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.  
 As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.  
 A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2024	2023
<b>Ativo (passivo) contratual</b>	<b>(27.731)</b>	<b>(21.233)</b>
Adições	13.998	13.998
Baixas	(34.966)	(34.966)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2025	2026
Ativo (passivo) contratual	(23.812)	(11.154)

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.  
 As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.  
 A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2024	2023
<b>Ativo (passivo) contratual</b>	<b>(27.731)</b>	<b>(21.233)</b>
Adições	13.998	13.998
Baixas	(34.966)	(34.966)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2025	2026
Ativo (passivo) contratual	(23.812)	(11.154)

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.  
 As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.  
 A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2024	2023
<b>Ativo (passivo) contratual</b>	<b>(27.731)</b>	<b>(21.233)</b>
Adições	13.998	13.998
Baixas	(34.966)	(34.966)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2025	2026
Ativo (passivo) contratual	(23.812)	(11.154)

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.  
 As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.  
 A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2024	2023
<b>Ativo (passivo) contratual</b>	<b>(27.731)</b>	<b>(21.233)</b>
Adições	13.998	13.998
Baixas	(34.966)	(34.966)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2025	2026
Ativo (passivo) contratual	(23.812)	(11.154)

d. Processos regulatórios  
 A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor da Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.  
 Em 31 de dezembro de 2024, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Auração de Descumprimento de Obrigações (PADOs), consistindo na atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 34.412 (R\$ 32.981 em 31 de dezembro de 2023).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis  
 A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificadas por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativos constituída, conforme valores apresentados a seguir:

	2024	2023
Cível (e.1)	24.528.974	21.351.995
Trabalhista e previdenciária (e.2)	378.286	400.827
Tributária (e.3)	22.239.407	19.236.990
Regulatória (e.4)	313.115	201.683

f. Outros processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitoradas pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados. As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

	2024	2023
<b>e.1. Cíveis</b>	<b>165.408</b>	<b>140.934</b>
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	364.264	350.187
Órgãos (e.1.2)	537.630	480.404
Orgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	298.216	260.431
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	84.926	119.669
Socioambiental e infraestrutura (e.1.5)	147.722	161.180
Outros (e.1.6)	1.598.166	1.512.495

e.1.1. Ações movidas por consumidores  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.1.2. ANATEL  
 A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor da Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

e.1.3. Órgãos de Defesa do Consumidor  
 A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor da Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

e.1.4. Ex-Parceiros comerciais  
 A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificadas por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativos constituída, conforme valores apresentados a seguir:

	2024	2023
<b>e.1.5. Socioambiental e infraestrutura</b>	<b>147.722</b>	<b>161.180</b>
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	364.264	350.187
Órgãos (e.1.2)	537.630	480.404
Orgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	298.216	260.431
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	84.926	119.669
Socioambiental e infraestrutura (e.1.5)	147.722	161.180
Outros (e.1.6)	1.598.166	1.512.495

e.2. Tributos Estaduais  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.2.1. Previdenciária  
 A Companhia é parte de ações referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário, nas competências dos anos de 2005 a 2011, bem como a falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 1.836.076 (R\$ 1.711.566 em 31 de dezembro de 2023). Ressaltamos a existência de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados do grupo econômico Docas (Gazeta Mercantil, JB do Brasil, etc.). Esses autores ajuizaram ações requerendo a inclusão da Holdco (ex-acionista controladora da Intelig - atual TIM S.A.) ou da TIM Participações (incorporada pela TIM S.A) como ré solidárias, solicitando o pagamento da decisão judicial pela TIM, em razão de suposta formação de grupo econômico.

e.2.2. Trabalhistas  
 Há 2.018 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2024 (3.102 em 31 de dezembro de 2023) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados da Companhia no montante atualizado de R\$ 287.960 (R\$ 287.512 em 31 de dezembro de 2023). Ressaltamos a existência de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados do grupo econômico Docas (Gazeta Mercantil, JB do Brasil, etc.). Esses autores ajuizaram ações requerendo a inclusão da Holdco (ex-acionista controladora da Intelig - atual TIM S.A.) ou da TIM Participações (incorporada pela TIM S.A) como ré solidárias, solicitando o pagamento da decisão judicial pela TIM, em razão de suposta formação de grupo econômico.

e.3. Tributárias  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.3.1. Tributos Federais (e.3.1)  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.3.2. Tributos Estaduais (e.3.2)  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.3.3. Tributos Municipais (e.3.3)  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.3.4. Outros (e.3.4)  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.3.5. Socioambiental e infraestrutura  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.3.6. ANATEL  
 A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor da Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

e.3.7. Órgãos de Defesa do Consumidor  
 A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor da Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

e.3.8. Ex-Parceiros comerciais  
 A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificadas por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativos constituída, conforme valores apresentados a seguir:

	2024	2023
<b>e.3.9. Outros</b>	<b>147.722</b>	<b>161.180</b>
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	364.264	350.187
Órgãos (e.1.2)	537.630	480.404
Orgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	298.216	260.431
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	84.926	119.669
Socioambiental e infraestrutura (e.1.5)	147.722	161.180
Outros (e.1.6)	1.598.166	1.512.495

e.3.10. Socioambiental e infraestrutura  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.3.11. Outros (e.3.11)  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.3.12. Tributos Estaduais (e.3.12)  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.3.13. Tributos Municipais (e.3.13)  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.3.14. Outros (e.3.14)  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.3.15. Socioambiental e infraestrutura (e.3.15)  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.3.16. ANATEL (e.3.16)  
 A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor da Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

e.3.17. Órgãos de Defesa do Consumidor (e.3.17)  
 A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor da Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

e.3.18. Ex-Parceiros comerciais (e.3.18)  
 A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificadas por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativos constituída, conforme valores apresentados a seguir:

e.3.19. Outros (e.3.19)  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.3.20. Socioambiental e infraestrutura (e.3.20)  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.3.21. Outros (e.3.21)  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.3.22. Tributos Estaduais (e.3.22)  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

e.3.23. Tributos Municipais (e.3.23)  
 A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória,



Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Identificação	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Saldo de ações (principal) no início do exercício (dez/22)	Ações outorgadas durante o exercício	Ações transferidas durante o exercício			Pagas em Dinheiro			Ações canceladas durante o exercício	Saldo de ações (principal) no final do exercício (dez/23)			
					Volume Vestido (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas (principal)	Volume Vestido (principal)	Performance			Subtotal ações pagas em dinheiro		
Piano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	12,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Piano 2021-2023 Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	13,23	1.183.147	(264.305)	(110.928)	(17.227)	(392.460)	-	-	-	-	(25.389)	1.535.604	
Piano 2021-2023 Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	12,95	2.024.153	220.743	(957.545)	(160.259)	(89.699)	(1.207.503)	(89.403)	(12.268)	(8.159)	(109.830)	(376.006)	821.942
Piano 2018-2020 Outorga(s) 2020	796.054	abr/23	14,40	260.840	-	(230.188)	(25.174)	(29.560)	(284.922)	(30.471)	(3.330)	(3.913)	(37.714)	(181)	-
Piano 2018-2020 Outorga(s) 2019	930.662	jul/22	11,28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piano 2018-2020 Outorga(s) 2018	849.932	abr/21	14,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>8.796.963</b>	-	-	<b>3.468.140</b>	<b>1.781.736</b>	<b>(1.452.038)</b>	<b>(296.361)</b>	<b>(136.486)</b>	<b>(1.884.885)</b>	<b>(119.874)</b>	<b>(15.598)</b>	<b>(12.072)</b>	<b>(147.544)</b>	<b>(549.116)</b>	<b>3.128.848</b>
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			<b>12,85</b>												

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- Piano 2021-2023 – 1ª outorga - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2021 a 31 de março de 2021.
- Piano 2021-2023 – 2ª outorga - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2022 a 31 de março de 2022.
- Piano 2021-2023 – 3ª outorga - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2023 a 31 de março de 2023.
- Piano 2024-2026 – 1ª outorga - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2024 a 31 de março de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 50.466 (R\$ 32.424 em 31 de dezembro de 2023). No exercício de 2024, a Companhia efetuou pagamentos em dinheiro no montante de R\$ 28.112.

**Encerramento de Programa de Recomprou de Ações e Aprovação de um Novo Programa**

Em 12 de junho de 2023 o Conselho de Administração da Companhia aprovou um Programa de Recomprou de Ações. Em 30 de julho de 2024, o Conselho de Administração tomou conhecimento sobre o encerramento desse programa e aprovou um novo programa de recomprou de ações de sua própria emissão. O novo programa teve início a partir da data de deliberação do Conselho de Administração, sendo as aquisições realizadas na Bolsa de Valores (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares aplicáveis.

► **28. Receita líquida**

**Recitas de serviços prestados**

As principais recitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de roaming e recitas de interconexão. As recitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas recitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As recitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as recitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas recitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo e número de dias transcorridos desde a última data de faturamento. As recitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Sos minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços de sistema pré-pago são registrados como recita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de recitas de serviços líquidos, também inclui as recitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de recitas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$218.690 (R\$ 162.122 em 31 de dezembro de 2023).

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC” e “Procedimento Arbitral”, respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A., Carbon Holding S.A. (em conjunto, “Requeridos”), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de

► **29. Custos e despesas operacionais**

	Controladora				Consolidado					
	2024		2023		2024		2023			
<b>Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>Despesas com comercialização</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Total</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>Despesas com comercialização</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Total</b>
Pessoal	(11.893.115)	(9.538.818)	(1.798.006)	(19.599.938)	(11.739.481)	(9.531.233)	(1.787.848)	(19.128.592)	(19.128.592)	
Serviços de terceiros	(48.016)	(925.033)	(513.229)	(1.486.278)	(67.740)	(862.899)	(459.230)	(1.379.869)	(1.379.869)	
Interconexão e meios de conexão	(731.883)	(2.037.447)	(801.521)	(3.570.851)	(677.645)	(2.142.275)	(823.079)	(3.642.999)	(3.642.999)	
Depreciação e amortização	(3.091.741)	-	(3.091.741)	-	(3.274.991)	-	(3.274.991)	-	(3.274.991)	
Impostos, taxas e contribuições	(6.232.502)	(391.699)	(401.834)	(7.026.035)	(6.149.864)	(343.671)	(403.867)	(6.897.402)	(6.897.402)	
Aluguéis e seguros	(131.924)	(932.489)	(28.078)	(1.092.491)	(36.395)	(853.763)	(26.639)	(916.997)	(916.997)	
Custo das mercadorias vendidas	(507.164)	(178.771)	(30.682)	(716.890)	(146.629)	-	(146.629)	-	(669.594)	
Publicidade e propaganda	-	-	-	(1.104.460)	(1.033.891)	-	-	(1.033.891)	-	
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(700.637)	-	(700.637)	-	(599.253)	-	(599.253)	-	
Outros	(45.162)	(49.618)	(22.661)	(117.441)	(2.480)	(62.106)	(28.343)	(92.929)	(92.929)	
<b>Consolidado</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>Despesas com comercialização</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Total</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>Despesas com comercialização</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Total</b>
Pessoal	(11.496.437)	(9.542.642)	(1.759.433)	(18.998.512)	(11.496.437)	(9.542.642)	(1.759.433)	(18.998.512)	(18.998.512)	
Serviços de terceiros	(57.740)	(862.899)	(459.230)	(1.379.869)	(67.740)	(862.899)	(459.230)	(1.379.869)	(1.379.869)	
Interconexão e meios de conexão	(683.809)	(2.211.627)	(824.634)	(3.720.079)	(716.890)	(2.142.275)	(823.079)	(3.642.999)	(3.642.999)	
Depreciação e amortização	(2.037.447)	-	(2.037.447)	-	(3.274.991)	-	(3.274.991)	-	(3.274.991)	
Impostos, taxas e contribuições	(6.369.438)	(343.724)	(403.867)	(7.117.029)	(6.149.864)	(343.671)	(403.867)	(6.897.402)	(6.897.402)	
Aluguéis e seguros	(36.503)	(876.709)	(26.863)	(940.075)	(36.395)	(853.763)	(26.639)	(916.997)	(916.997)	
Custo das mercadorias vendidas	(507.164)	(146.632)	(16.496)	(670.292)	(146.629)	-	(146.629)	-	(669.594)	
Publicidade e propaganda	-	(599.253)	-	(1.033.891)	-	(599.253)	-	(599.253)	-	
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(639.692)	-	(639.692)	-	(620.667)	-	(620.667)	-	
Outros	(2.908)	(62.106)	(28.343)	(93.357)	(2.480)	(62.106)	(28.343)	(92.929)	(92.929)	

(i) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

(ii) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 37).

► **34. Lucro por ação**

Os saldos apresentados abaixo, representam os montantes da Controladora e Consolidado.

(a) **Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria.

► **30. Outras receitas (despesas), líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas	-	860	-	860
Receita de subvenção, líquida	102.096	77.586	102.096	77.586
Multas s/ serviços de telecomunicações	18.034	318.960	18.034	318.960
Receita na alienação de ativos (i)	89.343	65.710	89.343	65.710
Outras receitas (ii)	209.473	463.116	209.473	463.337
Despesas	(162.487)	(156.855)	(158.021)	(158.021)
FUST/FUNTELL (iii)	(18.110)	(1.400)	(18.110)	(1.400)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	-
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(241.248)	(296.106)	(296.106)	(296.106)
Despesa na alienação de ativos	(21.235)	(13.875)	(21.235)	(13.875)
Outras despesas	(25.174)	(22.030)	(22.712)	(22.712)
Outras receitas (despesas), líquidas	(468.254)	(490.266)	(492.116)	(492.116)
(i) Em 2023, representa, principalmente, o ganho na operação de aquisição da Cozani pelo encerramento da disputa pelo ajuste de preço, vide nota 1.2.	(275.781)	(27.150)	(28.779)	(28.779)
(ii) Representa, principalmente, a receita diferida nas torres alienadas (conforme nota 18), sendo R\$54.095 em 31 de dezembro de 2024 (R\$54.095 em 31 de dezembro de 2023).	-	-	-	-
(iii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.	-	-	-	-

► **31. Receitas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras	861.759	1.219.004	1.239.753	1.239.753
Juros sobre aplicações financeiras	417.366	459.495	479.968	479.968
Juros de clientes	39.914	29.386	29.467	29.467
Juros swap (iii)	244.865	483.785	483.785	483.785
Juros sobre arrendamento	28.428	28.041	28.041	28.041
Atualização monetária (i)	106.823	175.686	175.686	175.686
Outros derivativos (ii)	19.587	39.173	39.173	39.173
Outras receitas	2.776	3.438	3.633	3.633
(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre créditos tributários e depósitos judiciais.	(1.432.764)	(1.163.824)	(1.062.251)	(1.062.251)
(ii) Refere-se à diferença entre o valor de mercado e o custo das opções de subscrição de ações referente a parceria operacional com Banco C6, iniciada em 2020, a que a Companhia teve direito no período devido ao alinhamento de metas. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia obteve o direito de subscrição referente a 11ª meta contratual, gerando um efeito de R\$ 19.587 (R\$ 39.173 em 31 de dezembro de 2023), referente a 9ª e 10ª metas contratuais. O valor de mercado foi calculado com base em informações disponíveis na última transação de investimento realizada pelo parceiro e divulgado no mercado. As divulgações deste instrumento financeiro derivativo estão detalhadas na nota 37, o qual foi mensurado pelo valor justo, e será mensurado subsequentemente no resultado da Companhia, considerando os riscos relacionados a arbitragem divulgados em nota 28.	(214.853)	(341.542)	(346.719)	(346.719)
(iii) Representa os ganhos obtidos com instrumentos de swap obtidos de forma a proteger a Companhia de variações de taxas de juros incidentes sobre dívidas.	(44.864)	(56.356)	(56.356)	(56.356)
(iv) Refere-se a diferença entre o valor de mercado e o custo das opções de subscrição de ações referente a parceria operacional com Banco C6, iniciada em 2020, a que a Companhia teve direito no período devido ao alinhamento de metas. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia obteve o direito de subscrição referente a 11ª meta contratual, gerando um efeito de R\$ 19.587 (R\$ 39.173 em 31 de dezembro de 2023), referente a 9ª e 10ª metas contratuais. O valor de mercado foi calculado com base em informações disponíveis na última transação de investimento realizada pelo parceiro e divulgado no mercado. As divulgações deste instrumento financeiro derivativo estão detalhadas na nota 37, o qual foi mensurado pelo valor justo, e será mensurado subsequentemente no resultado da Companhia, considerando os riscos relacionados a arbitragem divulgados em nota 28.	(217.229)	(252.879)	(253.851)	(253.851)

► **32. Despesas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas financeiras	(2.817.346)	(2.858.036)	(2.765.981)	(2.765.981)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(254.728)	(215.357)	(215.357)	(215.357)
Juros sobre impostos e taxas	(271.936)	(249.178)	(252.527)	(252.527)
Juros swap	(380.972)	(578.900)	(578.900)	(578.900)
Juros sobre passivo de arrendamento, líquidos de cancelamentos	(1.432.764)	(1.163.824)	(1.062.251)	(1.062.251)
Atualização monetária (i)	(214.853)	(341.542)	(346.719)	(346.719)
Descontos concedidos	(44.864)	(56.356)	(56.356)	(56.356)
Outras despesas (ii)	(217.229)	(252.879)	(253.851)	(253.851)
(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos, no montante de R\$195.978, vide nota 24 (R\$319.248 em 31 de dezembro de 2023); e	-	-	-	-
(ii) Parte substancial relacionada a: (a) juros sobre concessões, no montante de R\$ 11.757 (R\$ 11.986 em 31 de dezembro de 2023); e (b) despesas financeiras relacionadas a seguro garantias, anível e encargos, no montante de R\$ 95.521 (R\$ 103.448 em 31 de dezembro de 2023).	-	-	-	-

► **33. Variação cambial, líquida**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas	-	125.981	125.981	125.981
Empréstimos e financiamentos (i)	21.370	33.680	33.680	33.680
Fornecedores	106.453	10.698	10.698	10.698
Swap (ii)	177.367	23.676	23.676	23.676
Outros	305.190	194.035	194.035	194.035
Despesas	(57.124)	(10.698)	(10.698)	(10.698)
Empréstimos e financiamentos (i)	(85.447)	(19.336)	(19.336)	(19.336)
Swap (ii)	(49.310)	(125.981)	(125.981)	(125.981)
Outros	(41.946)	(45.077)	(45.077)	(45.077)
Outros	(233.827)	(201.092)	(201.092)	(201.092)
Variações cambiais, líquidas	71.363	(7.057)	(7.057)	(7.057)

determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

**Recitas de vendas de mercadorias**

As recitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

**Identificação dos contratos**

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que podem ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

**Identificação da obrigação de desempenho**

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as recitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

**Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho**

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 / CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as recitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

**Custo para obtenção de contrato**

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 10) e diferidos no resultado no mesmo período que a recita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

**Receita operacional líquida**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional bruta	25.447.930	23.843.006	23.833.893	23.833.893
Recita de serviços	36.731.708	33.491.945	33.530.346	33.530.346
Recita de serviços – Móvel	33.070.752	29.982.310	30.020.711	30.020.711
Recita de serviços – Fixa	1.			

31 de dezembro de 2024

Table with columns: Tipo de Moeda, Contraparte, Total Swap, % Cobertura, Taxas Médias Swap, Ponta Passiva, Ponta Ativa

\* Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%) e, alguns contratos de dívida atrelados ao IPCA foram remensurados devido à deflação. Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2023

Table with columns: Tipo de Moeda, Contraparte, Total Swap, % Cobertura, Taxas Médias Swap, Ponta Passiva, Ponta Ativa

\* Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%. Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), SOFR e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, da SOFR e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Table with columns: cenário sensibilidade (I), Valor justo em USD, EUR, BRL, etc., and (B) Δ Acumulado Swap

(i) Cenários sensíveis com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

(ii) KFW Finnvera, BNB, Debenture e BNDES.

Variação de risco: cenário sensibilidade (I), CDI, USD, SOFR, IPCA

Table with columns: cenário sensibilidade (I), CDI, USD, SOFR, IPCA

(i) Cenários sensíveis com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhoria ou piora em seus respectivos valores de mercado equivale a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2024 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de swap. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

Table with columns: Resultado líquido em operações de derivativos, Resultado de operações com outros derivativos, Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir o custo de capital e assegurar a liquidez da Companhia.

Como a Administração poderá votar a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 podem ser assim resumidos:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Table with columns: Nome, Cargo, Foto

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2024 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e de distribuição de dividendos da Companhia, incluindo os planos de trabalho e análises que estavam sendo conduzidas.

O CAE da TIM é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que adota as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado pelas normas vigentes. O CAE é regido pela Resolução nº 23 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 25 de fevereiro de 2021, e por demais regulamentações aplicáveis.

1.1. Composição: O CAE é composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, coincidindo com o mandato dos membros do Conselho. A reeleição é permitida, com um limite máximo de dez anos de mandato.

A função de membro do CAE é indelégável e deve ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos. Para o mandato 2023/2025, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE, todos classificados como independentes, conforme os critérios estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado da B3:

Table with columns: Nome, Cargo

1.2. Atribuições e Responsabilidades: O CAE tem como atribuições ordinárias supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de risco e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e de outro, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE exerce a função de Audit Committee da Companhia, em conformidade com o disposto na Sarbanes-Oxley Act ("SOX"), essa responsabilidade decorre do fato de a Companhia ser registrada na US Securities and Exchange Commission ("SEC") e possuir American Depositary Receipts (ADRs) listados na The New York Stock Exchange ("NYSE") desde 16 de novembro de 1998.

O CAE possui dotação orgânica anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 6 de dezembro de 2023, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

2. Atividades do Conselho de Auditoria Estatutário da TIM em 2024: O CAE reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, 17 (dezessete) reuniões do CAE que contemplaram 75 (setenta e cinco) itens de Ordem do Dia (sessões).

As reuniões tiveram duração média de 1 (uma) hora e 34 (trinta e quatro) minutos cada e, durante as sessões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores e a Diretora Financeira, além dos demais membros da Diretoria Executiva, os Diretores das áreas de Auditoria Interna e de Risk & Compliance, e os Auditores Independentes.

A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês. Os assuntos abordados ao longo da programação anual do CAE foram classificados da seguinte forma: (i) temas ordinários (decorrentes da legislação, regulamentação aplicável e normativos internos); (ii) temas recorrentes (decorrentes do plano de trabalho programado para o CAE ao longo do ano); e (iii) temas extraordinários (não previstos nos itens anteriores e submetidos a pedido da administração da Companhia ou dos próprios membros do CAE).

Dentro da classificação organizacional apresentada, é importante destacar os dados estatísticos de produtividade das atividades do CAE, com especial ênfase em temas específicos, identificados como estratégicos para a avaliação dos membros do CAE, conforme detalhado a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2024, 2023, 2023

(i) Lajida: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização. EBITDA: Earnings before interest, tax, depreciation and amortization (não é uma métrica contábil)

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

Table with columns: Empréstimos e financiamentos, Passivo de arrendamento (I), Instrumentos financeiros passivos

Table with columns: Empréstimos e financiamentos, Passivo de arrendamento (I), Instrumentos financeiros passivos

(i) Os pagamentos de passivo de arrendamento, inclui pagamentos de multas no montante de R\$ 287 milhões (R\$ 238 milhões em 2023).

Table with columns: Empréstimos e financiamentos, Passivo de arrendamento (I), Instrumentos financeiros passivos

► 38. Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego

PAMEC/apólice de ativos e Plano médico

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos e de contribuição definida para grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração do ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO e da Fundação Sistel de Seguridade Social.

Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Attimus.

Os referidos planos de previdência complementar, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assitidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS.

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO.

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO.

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO.

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Attimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo. Atualmente, o plano encontra-se em processo de Retirada de Patrocínio junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Plano Médico Fibrer: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Attimus (conforme estabelecido na lei 9.656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33/IAS 19.

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

Table with columns: Planos, Totais, 2024, 2023

DIRETORIA

Table with columns: Nome, Cargo, Foto

CONTADORA RESPONSÁVEL

Table with columns: Nome, Cargo, Foto

CONSELHO FISCAL

Table with columns: Nome, Cargo, Foto

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Table with columns: Nome, Cargo, Foto

CONSELHO FISCAL

Table with columns: Nome, Cargo, Foto

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Table with columns: Nome, Cargo, Foto

(i) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimento do passivo (ativo) atuarial líquido

Table with columns: Plano, 2024, 2023, 2023

Passivo (ativo) atuarial em 31/12/23

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigação atuarial

Benefícios pagos no ano

Contribuições pagas pelos participantes (Ganhos)/perdas nas obrigações

Valor das obrigações em 31/12/24

d) Reconciliação do valor justo dos ativos

Table with columns: Plano, 2024, 2023, 2023

Valor justo dos ativos em 31/12/23

Benefícios pagos no ano

Rendimento efetivo dos ativos no ano

Contribuições / (devoluções) empresa

Ganho (perda) atuariais com ativos do plano

Passivo (ativo) atuarial em 31/12/24

e) Despesas previstas para 2025

Table with columns: Plano, 2024, 2023, 2023

Custo do serviço corrente (com juros)

Juros sobre as obrigações atuariais

Rendimento esperado dos ativos

Juros sobre o efeito do limite do plano

Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida

► 39. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades: Riscos Operacionais

Responsabilidade Civil Geral - RCG

Riscos cibernéticos (cyber)

Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)

► 40. Informações suplementares ao fluxo de caixa

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2024, 2023

Transações que não envolvem caixa

Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa

Aumento dos passivos de arrendamento - sem efeito no caixa

Ativo e passivos líquidos de efeitos de incorporação

Subscrição bônus Banco CB

Proventos aprovados e ainda não pagos

Bônus de subscrição

► 41. Eventos subsequentes

Aporte de capital fundo 5G

Em 16 de janeiro de 2025, a Companhia realizou aporte de aproximadamente R\$ 84,7 milhões no Fundo 5G, reforçando seu compromisso em impulsionar o desenvolvimento de soluções baseadas em tecnologia 5G.

Distribuição de JSCP: O Conselho de Administração da Companhia, aprovou em 10 de fevereiro de 2025, a distribuição de R\$200.000 a título de Juros sobre Capital Próprio. O pagamento ocorrerá no dia 22 de abril de 2025, sendo que a data para identificação dos acionistas com direito a receber tais valores, ocorrerá em 17 de fevereiro de 2025.

O Conselho de Administração da Companhia, aprovou em 17 de dezembro de 2024, a distribuição de R\$650.000 a título de Juros sobre Capital Próprio. O pagamento ocorreu no dia 23 de janeiro de 2025, sendo que a data para identificação dos acionistas com direito a receber tais valores, ocorreu em 23 de dezembro de 2024.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Table with columns: Nome, Cargo, Foto

CONSELHO FISCAL

Table with columns: Nome, Cargo, Foto

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Table with columns: Nome, Cargo, Foto

CONSELHO FISCAL

Table with columns: Nome, Cargo, Foto

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Table with columns: Nome, Cargo, Foto



TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

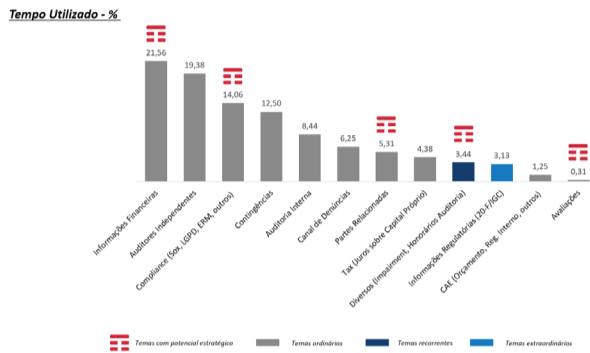
TIMS B3 LISTED NM

TIMB LISTED NYSE

ISE B3

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (continuação)

Detalhamento de Produtividade - Exercício 2024



Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar que o CAE:

- I. Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 12 (doze) contratos de naturezas diversas entre a Companhia, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado.
II. O CAE acompanhou e supervisionou as atividades da área de Risk & Compliance da Companhia em 10 (dez) sessões, com foco nos seguintes temas:
III. Supervisionou e analisou as informações financeiras da Companhia, em 10 (dez) sessões durante o ano de 2024, a fim de, dentre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas:
IV. Análise o plano anual de trabalho dos Auditores Independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas em 9 (nove) sessões durante o ano de 2024.
V. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 9 (nove) sessões durante o ano de 2024, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas.
VI. O CAE procurou diligentemente informar-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo.

- controles. Com base nas informações às quais teve acesso, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações.
VII. Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia.
VIII. No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) transparência e prestação de contas aos stakeholders; (iv) ética nos negócios; (v) inteligência artificial; (vi) diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) gestão de produtos eletrônicos; (viii) investimento em infraestrutura; e (ix) desenvolvimento de novas tecnologias.
IX. No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 7 (sete) sessões durante o ano de 2024, os relatórios referentes às denúncias recebidas no Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria previstas.
X. Além das 17 (dezesete) reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de 4 (quatro) reuniões privadas, de 1 (uma) hora cada, com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência, de qualquer tipo de ingerência da administração, dando abertura ao Comitê para externar eventuais preocupações que precisem ser avaliadas no desenvolvimento dos trabalhos da auditoria.

3. Assuntos discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701) Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (iv) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (v) aspectos de independência, incluindo confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia; (vi) comunicação, por escrito, aos responsáveis pela governança, das constatações significativas decorrentes da auditoria; e (vii) conforme determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria ("PAAs") a serem considerados no Relatório do Auditor Independente.
O CAE realizou reuniões periódicas com os Auditores Independentes da Companhia, com objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos dos auditores em relação às demonstrações financeiras da Companhia e sobre os controles internos de relatórios financeiros, de forma que todos os assuntos acima, entre outros, foram formalmente avaliados pelo CAE junto aos Auditores Independentes.
No que diz respeito aos PAAs, o CAE buscou compreender o julgamento dos Auditores Independentes na determinação desses assuntos, além de avaliar a abordagem de auditoria utilizada como resposta aos PAAs identificados.
Por fim, além de toda a interação com os Auditores Independentes, o CAE realizou as seguintes atividades ao longo do ano para avaliação das áreas consideradas como PAAs pelos Auditores Independentes:

3.1. Provisão para contingências tributárias (Nota Explicativa 24 - "Provisão para processos judiciais e administrativos") O CAE revisou trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou os prognósticos fornecidos pelos responsáveis pelas áreas Tributária, Civil, Trabalhista e Regulatória da Companhia.
4. Outras Atividades
4.1. Revisão do Formulário 20-F Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F (SEC), os membros do CAE se reuniram formalmente 1 (uma) vez no mês de abril de 2024.
4.2. Avaliação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas Os membros do CAE se reuniram com executivos da Companhia para avaliar a evolução e a posição da Companhia com relação aos critérios de governança previstos no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas, em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.
4.3. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna Os membros do CAE procederam à avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia, por meio de questionários de avaliação previamente aprovados pelo CAE.

5. Conclusões e recomendações Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2024"). Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, e a proposta de destinação do resultado do exercício de 2024, o CAE concluiu que essas informações e documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeira da Companhia.
O presente Relatório é emitido em observância ao inciso IX, do Artigo 14, do Regimento Interno do CAE, e conforme Parágrafo 1º do Inciso VII do Art. 27 da Resolução nº 80 da CVM, de 29 de março de 2022.

Por essa razão, recomendamos, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados, pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.
Rio de Janeiro (RJ), 10 de fevereiro de 2025.

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário
HERCULANO ANÍBAL ALVES Membro do Comitê de Auditoria Estatutário
FLAVIA MARIA BITENCOURT Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer) e Fabiane Reschke (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.
Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2025.

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES Diretora Financeira
BRUNO MUTZENBECHER GENTIL Business Support Officer
MARIA ANTONIETTA RUSSO People, Culture & Organization Officer

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer) e Fabiane Reschke (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.
Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2025.

ALBERTO MARIO GRISELLI Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
MARIO GIRASOLE Regulatory and Institutional Affairs Officer
FABIANE RESCHKE Diretora Jurídica

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES Diretora Financeira
BRUNO MUTZENBECHER GENTIL Business Support Officer
MARIA ANTONIETTA RUSSO People, Culture & Organization Officer

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da TIM S/A Rio de Janeiro - RJ

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da TIM S/A ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis matéria is e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para contingências tributárias Conforme divulgado na nota explicativa 24, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, em 31 de dezembro de 2024, para os quais foi constituída provisão no montante de R\$760 milhões, sendo o valor remanescente de R\$22.239 milhões divulgado pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos do CPC 25 (IAS37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado de tais decisões judiciais. Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos para identificação e avaliação das contingências tributárias, incluindo a determinação dos prognósticos de perda das referidas contingências; (b) o envolvimento de nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados pelos advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia, na análise de opiniões legais junto a consultores jurídicos internos e externos e na realização de reuniões e obtenção de representações por parte da diretoria da Companhia com relação à avaliação das principais contingências tributárias; e (c) a revisão da adequação das divulgações incluídas pela Companhia na nota explicativa 24. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos Demonstrações do valor adicionado A demonstração do valor adicionado (D VA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a diretoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está concluída com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração de valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de conti nuar a operação da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Com única mo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, de cuja maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2025
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. CRC-SP015199/F Leonardo Amaral Jonato Contador CRC 1RJ 090.794/0-0

